



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

JUCILENE DOS ANJOS NASCIMENTO

**INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NO ENSINO: Refletindo sobre as
possibilidades e desafios do cotidiano**

JOÃO PESSOA - PB

2019

JUCILENE DOS ANJOS NASCIMENTO

**INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NO SISTEMA DE ENSINO: Refletindo sobre
as possibilidades e desafios do cotidiano**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Magno Alexon Bezerra Seabra

JOÃO PESSOA - PB

2019

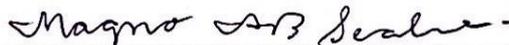
JUCILENE DOS ANJOS NASCIMENTO

INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NO SISTEMA DE ENSINO: Refletindo sobre as possibilidades e desafios do cotidiano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia
Orientador (a): Prof. ° Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra

Aprovada em: 05/12/2019

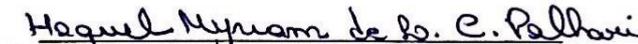
BANCA EXAMINADORA



MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA

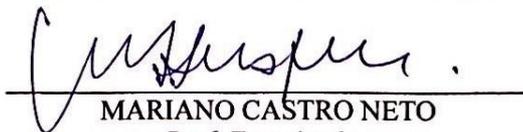
Prof. Orientador

Universidade Federal da Paraíba - UFPB


HAQUEL MYRIAM DE LIMA COSTA PALHARI

Prof. Examinadora

Universidade Federal da Paraíba - UFPB



MARIANO CASTRO NETO

Prof. Examinador

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

**JOÃO PESSOA – PARAÍBA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

N244i Nascimento, Jucilene Dos Anjos.
INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NO SISTEMA DE ENSINO:
Refletindo sobre as possibilidades e desafios do
cotidiano / Jucilene Dos Anjos Nascimento. - João
Pessoa, 2019.
0 f. : il.

Orientação: Magno Alexon Bezerra Seabra Seabra.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação. Deficiência. Inclusão Escolar. I. Seabra,
Magno Alexon Bezerra Seabra. II. Título.

UFPB/BC

Dedico a realização desse trabalho primeiramente a Deus por ter me concedido inteligência e coragem para superar todos os obstáculos que surgiram no processo de conquista dos meus objetivos profissionais e a todos os professores que fizeram parte dessa graduação, pois seus ensinamentos me deram a certeza de que estou na profissão certa.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa caminhada de longos estudos e muita dedicação, quero agradecer especialmente a Deus por me conceder a oportunidade de viver e ser forte o bastante para não desistir frente os muitos obstáculos encontrados nesta trajetória, por isso, tenho muitos motivos para engrandecer o nome de Deus pela sabedoria, paciência e perseverança com que tem me agraciado.

À minha família que me apoiou, incentivando-me a não desistir nunca.

Aos amigos que fiz na universidade desde o primeiro dia que comecei a estudar.

Ao orientador deste Trabalho de Conclusão de Curso, pois sei que suas orientações foram de grande relevância no processo de construção e desenvolvimento da escrita dessa monografia, dirimindo dúvidas e me mostrando o caminho que preciso seguir para que ao final deste trabalho o mesmo possa ser considerado de qualidade e assentado nos pressupostos das Ciências Sociais, dentre as quais a Educação é uma das mais importantes.

Estendo também meus agradecimentos a todas as pessoas que fazem parte desta trajetória, pois de maneira direta ou indireta ajudaram-me a compreender o valor que a educação desempenha na formação global dos sujeitos.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”

Paulo Freire

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A. C.	Antes de Cristo.
CF	Constituição Federal.
CEB	Câmara de Educação Básica.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional..
MEC	Ministério da Educação.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PCD	Pessoa com Deficiência.
PNE	Plano Nacional de Educação.
PNEs	Pessoa com Necessidades Educativas Especiais.

LISTA DE QUADROS

Questão 01 – Identificação do Sexo	49
Questão 02 e 03 – Identificação da idade dos participantes do estudo e tempo de docência	50
Questão 04 - Na sua concepção, durante sua Licenciatura você foi devidamente capacitado para lidar com a inclusão do aluno com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento em sala de aula? Sim, Não. Justifique sua resposta	51
Questão 05 - Na sua sala de aula há alunos com algum tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento?.....	52
Questão 06 – Marque abaixo quais são as maiores dificuldades que você acredita ter para lidar efetivamente com a inclusão escolar	53
Questão 07 – Fale o que você pensa da inclusão escolar e social da pessoa com deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento	55
Questão 08 – Você acredita no processo de inclusão dos alunos com deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento no Ensino Regular?	56

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar como ocorre a inclusão de alunos especiais no sistema de ensino, refletindo sobre as possibilidades e desafios cotidianos da sala de aula, tendo como pretensão promover uma sensibilização e reflexão para os profissionais que trabalham na Educação Básica, pois na contemporaneidade, a inclusão escolar é considerada uma política pública de educação fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática, menos seletiva e menos preconceituosa. Como metodologia de pesquisa adotou-se dois procedimentos distintos, porém, interligados cientificamente. No primeiro momento realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter descritiva, a qual foi composta pela análise de obras que abordam a inclusão tais como: Aranha (2004), Cruz (2009), Fernandes (2003), Glat (2007), Mantoan (2005), Mazzotta (2005), Melo, Santos e Reis (2012), Rosa et al., (2003), Rosa (2009), Sasaki (2005), dentre outros, seguida de uma busca de informações no banco de dados do Ministério da Educação acerca das políticas de inclusão do aluno com necessidade educativa especial. No segundo momento realizou-se um estudo de campo com educadores de uma escola da rede pública de ensino do município de Jacumã. A revisão teórica forneceu-nos a compreensão que a inclusão escolar tem mostrado avanços significativos, proporcionando que o deficiente possa e exercer seu direito à educação em grau de igualdade aos indivíduos que não apresentam deficiência. Por sua vez, a pesquisa de campo evidenciou que os educadores enfrentam dificuldades para lidar com o sujeito especial, e simultaneamente, mostrou também que os sujeitos pesquisados já entendem que todo indivíduo com deficiência deve estar incluído na sala regular de ensino, ser bem atendido, além disso, os sujeitos pesquisados reconhecem que precisam melhorar sua formação acadêmica para se tornarem capazes de prover o apoio integral ao aluno com deficiência. Tratando-se especificamente do/a educador/a, entendeu-se que este/a profissional como mediador do processo ensino-aprendizagem, é o principal agente que deve propor mudanças no espaço educativo ao desenvolver um trabalho pedagógico que seja realmente efetivo na aceitação da diferença em salas de aula.

Palavras-Chave: Educação. Deficiência. Inclusão Escolar.

ABSTRACT

This inquiry had like analysing main objective as it takes place to inclusion of special pupils in the teaching system, thinking about the means and daily challenges of the classroom, having as claim promotes a sensibilização and reflection for the professionals who work in the Basic Education, since in the contemporaneusness, the school inclusion is considered a public politics of basic education for the most democratic construction of a society, less selective and less prewitty. Since inquiry methodology adopted two different proceedings, however, interconnected scientifically. In the first moment there happened a descriptive bibliographical inquiry, what of character was composed by the analysis of works that board the inclusion such as: Spider (2004), Cross (2009), Fernandes (2003), Glat (2007), Mantoan (2005), Mazzotta (2005), Is Made sticky by Me, Saints and Kings (2012), It renders rose-colored et al., (2003), Renders rose-colored (2009), Sassaki (2005), among others, followed of an informations search in the database of the Ministry of Education about the policies of inclusion of the pupil with special educative necessity. In the second moment a field study happened with educators of a school of the public net of teaching of the local authority of Jacumã. The theoretical revision supplied with us the understanding that the school inclusion has been showing significant advancements, providing that the deficient could and to practise his right to the education in degree of equality to the individuals who do not present deficiency. For his time, the field work showed up that the educators face difficulties to deal with the special subject, and simultaneously, showed also that the subjects investigated already understand that every individual with deficiency must be included in the regular teaching room, the investigated subjects were well attended, besides, they recognize what need to improve his academic formation to become able of the integral support to take care of a pupil with deficiency. Treating specifically the educator / to, it understood that this one / her professional as mediator of the process teaching-apprenticeship, is the main agent who must propose changes in the educative space while developing a pedagogic work that is really effective in the acceptance of the difference in classrooms.

Key-Words: Education. Deficiency. School inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 O SUJEITO ESPECIAL NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE: Dificuldades e contradições vivenciadas pela pessoa deficiente	16
2.2 OS PARADIGMAS QUE MARCARAM A ACEITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE	21
2.3 A TRANSFORMAÇÃO OCORRIDAS DO FINAL DO SÉCULO XX AO INÍCIO DO XXI: O nascimento de uma nova concepção em torno da deficiência	24
2.4 SUPERANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL E CONCRETIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Legitimando o direito de acesso à educação do deficiente	32
2.5 O PAPEL DO EDUCADOR NA INCLUSÃO DO ALUNO ESPECIAL NAS SALAS REGULARES DE ENSINO	38
3 ABORDAGEM METODOLÓGICA DE PESQUISA	45
3.1 TIPO DE PESQUISA	45
3.2 LOCAL DO ESTUDO DE CAMPO	47
3.3 PÚBLICO ALVO DA PESQUISA	48
3.4 PROCESSO DE COLETA DE DADOS	48
3.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Na modernidade, a Educação Inclusiva está respaldada como direito que deve ser assegurado a todos os indivíduos que apresentam deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento. Tal conjuntura representa uma grande conquista social, pois por muito tempo, a educação manteve um caráter elitista e seletivo, sendo privilégio apenas da classe elitista, fator que contribuiu com a exclusão dos sujeitos com deficiência dos espaços escolares.

No Brasil, a partir da década de 1980, mas precisamente com a promulgação da Constituição Federativa de 1988 o direito à educação passou a ser assegurado a todos os cidadãos brasileiros. Desse momento em diante, emergiu no cenário nacional o paradigma da inclusão escolar. Reforçando o disposto na Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei de nº 9.394/96), estabeleceu a orientação que os sistemas de ensino têm como obrigação desenvolver meios para atender as diferentes peculiaridades e necessidades de aprendizagem destes indivíduos preconizando em seu Art. 58. Inciso § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, durante a educação infantil (BRASIL, 2014, p. 34).

Desde então, ano após ano, a educação inclusiva tem assumido maior relevância na perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo constante de renovação e de busca incessante pela democracia, a qual só será de fato concretizada quando todas as pessoas indiscriminadamente tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua cidadania plena.

O interesse em estudar a temática da inclusão escolar despontou da necessidade pessoal da pesquisadora de entender melhor como deve ser a atuação do professor junto às crianças com deficiência. Importante destacar que a Inclusão Escolar por ser um paradigma recente suscita muitas inquietações e nem sempre o ingresso das crianças nas salas regulares de ensino tem sido bem aceito, pois alguns professores não se sentem capacitados para prestar o apoio que o deficiente precisa receber para ampliar seu processo de construção dos conhecimentos.

”Nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam a questão do acesso e da

permanência dos alunos nas suas instituições educacionais.” (MANTOAN, 2006, p.15).

Em face da importância que a inclusão escolar representa na atualidade, a escolha do tema **INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NO SISTEMA DE ENSINO: Refletindo sobre as possibilidades e desafios do cotidiano**, justifica-se porque o direito de acesso à educação deve ser plenamente garantido nos espaços escolares, conforme determina nossa Constituição Federal (1988), a LDBEN nº 9.394/96 e as demais políticas públicas brasileiras, especialmente as políticas de inclusão escolar.

Inúmeros teóricos consideram que as escolas ao incluírem as pessoas com deficiências físicas ou outro tipo de necessidades educativas especiais mostram um avanço na construção de uma sociedade aberta à aceitação da diversidade humana, e nessa perspectiva, incluir o deficiente é um dos principais requisitos para combater a exclusão e discriminação social que por décadas marcaram a sociedade brasileira, especialmente quando levamos em consideração que “a educação é um direito humano fundamental e, portanto, deve ser colocado à disposição de todo ser humano.” (MANTOAN; PIETRO, 2006, p.18).

Nessa direção, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar como acontece o processo de inclusão do aluno com necessidades educativas especiais numa escola da rede regular de ensino da cidade de Jacumã.

Para tanto, destacamos os seguintes objetivos específicos: Revisar a história da inclusão de deficientes discutindo seus problemas, contradições e avanços; Analisar os desafios e dificuldades que devem ser superados para que uma escola da rede pública de ensino do município de Jacumã se torne um espaço inclusivo e de qualidade; Refletir sobre o papel do educador na inclusão de pessoas com deficiência.

Diante da nova conjuntura educativa suscitada pelo paradigma da inclusão, acreditamos que encontrar respostas aos questionamentos destacados exerce grande relevância social para a aceitação das pessoas com deficiência, bem como para romper de vez com as práticas seletivas e discriminatórias, que ainda se fazem presentes em muitas escolas brasileiras, haja vista que por várias décadas os indivíduos com algum tipo de deficiência foram excluídos do direito de acesso à educação, mas hoje estes sujeitos são reconhecidos como cidadãos de direitos,

sendo a educação um direito fundamental uma vez que proporcionar sua formação cidadã e inclusão em todos os espaços de interação humana.

Para tanto, a pesquisa está estruturada da seguinte forma:

O 1º capítulo discute os percalços e as contradições que as pessoas com deficiência enfrentaram no curso da história da humanidade, ressaltando suas conquistas legais com base na revisão de documentos que foram implementadas para garantir o direito de acesso à educação para a pessoa com deficiência.

No 2º capítulo, à luz de estudos específicos da área analisamos como ocorreu o respeito e valorização do deficiente, especialmente, sua inclusão no sistema de ensino, tecemos importantes reflexões acerca da educação especial versus educação inclusiva, trazemos à tona as características de algumas necessidades especiais apontando como as mesmas produzem déficits no processo ensino-aprendizagem e por fim, fazemos uma análise crítico-reflexiva do papel que o educador precisa desempenhar na inclusão do sujeito especial.

O 3º capítulo apresenta a metodologia de pesquisa adotada seguida do estudo de campo. Momento em que a partir da pesquisa de campo, discutimos os sujeitos participantes da pesquisa de campo posicionam-se frente à aceitação da diversidade humana nas salas de aula.

O 4º capítulo neste caso, as considerações finais traz os achados da pesquisa e as contribuições que a mesma pode oferecer para o universo acadêmico.

O último capítulo é composto pelas referências utilizadas na fundamentação teórica da pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa em tela pode ser entendida como um momento de discussão, reflexão e análise crítica sobre o Paradigma da Inclusão, em especial, sobre o papel social que o educador necessita desempenhar junto ao sujeito com necessidades educativas especiais, haja vista que no terceiro milênio a educação inclusiva é reconhecida como o meio mais viável para construir-se uma nova ordem societária em que cada indivíduo respeite e valorize o outro pelo o que é e não pelas dificuldades ou deficiências que possa apresentar, esses são os fundamentos basilares para a formação de uma sociedade mais justa, menos excludente e mais solidária.

A inclusão busca o desenvolvimento da valorização integral do aluno, é um ato que garante direitos constitucionais iguais para todos os cidadãos, independente

de cor, raça, religião, deficiência, sexo, classe social etc. É um processo que procura quebrar os estigmas e preconceitos que tomam como base as diferenças educacionais e sociais.

Portanto, acredita-se que esse estudo pode favorecer a ampliação dos pressupostos pedagógicos essenciais ao atendimento da pessoa com necessidades educacionais especiais no ensino regular gerando novos conhecimentos para a comunidade acadêmica e pode ainda contribuir com a qualificação dos profissionais da educação, uma vez que os educadores papel social que desempenham necessitam atualizar constantemente seus conhecimentos científicos, teóricos e epistemológicos em torno da práxis educativa igualitária e de qualidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Iniciamos nossa discussão revendo alguns momentos que marcam a trajetória da inclusão social e escolar das pessoas com deficiência. Esse momento servirá para promover junto à sociedade uma melhor conscientização no que diz respeito a aceitação da diversidade humana nos espaços escolares, bem como em toda a sociedade e mostrará que a educação é um elemento fundamental para o progresso da nação, para a construção de uma sociedade mais justa, menos egoísta e de fato inclusiva.

2.1 O SUJEITO ESPECIAL NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE: Dificuldades e contradições vivenciados pela pessoa deficiente

Para que seja possível entender a importância que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva representa na contemporaneidade, considera-se ser importante rever-se alguns momentos marcantes da história da deficiência, isto é, trazer à tona os emblemas e contradições que o sujeito especial atravessou até ter seu reconhecimento como cidadão de direitos, dentre os quais a educação representa um dos mais importantes para desenvolver a autonomia e valorização da pessoa com necessidade especial.

Renomados autores como Aranha (2005), Capellini e Rodrigues (2010, 2012), Fernandes (2003), Misés (1988), Mazzotta (1999), Silva (1987), dentre outros, são unânimes em afirmar que por séculos a deficiência foi entendida de diferentes formas, uma vez que o tratamento dispensado aos sujeitos que apresentavam alguma deficiência sempre foi desumano, cruel e em alguns povos o extermínio do deficiente era considerado e aceito como normal, como algo que não causava escândalos nem tampouco arrependimento.

De acordo com Fernandes (2003, p.21) desde os mais remotos tempos da história da humanidade, “as pessoas com deficiência sofreram com a exclusão social, foram vítimas de tratamentos desumanos e até de extermínio.”. Na Antiguidade (4000 a.C. – 476 d.C.), alguns povos abandonavam ou eliminavam as pessoas “deformadas” por considerá-las um estorvo social. Os hebreus acreditavam que a deficiência era uma punição de Deus. Já em Roma, os patriarcas eram

autorizados a matar seus filhos deficientes e, em Esparta, os pais os lançavam do alto do Taigeto, um abismo de mais de 2.400 metros de altura.

Conforme relatam Capellini e Rodrigues (2010) em Esparta e Atenas, crianças com deficiências física sensorial e mental eram consideradas subumanas, fato social que legitimava sua eliminação e abandono. Eram poucas as famílias que cuidavam de seus entes deficientes.

Misés (1988) ao falar sobre o tratamento dispensado aos deficientes alega que o filósofo Sêneca proclamava nas academias romanas a ideia de que as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, se fossem débeis ou anormais deveriam ser afogadas, não por ódio, mas apenas para separar as doentes das crianças sadias.

Silva (1987) argumenta que embora as leis romanas proibissem a morte de crianças abaixo dos três anos, essa proibição não era garantida, pois as que nasciam com deficiência física ou mental, eram consideradas monstruosas, aberrações que deveriam ser eliminadas. Para casos como esses a lei previa a morte ao nascer. Fernandes (2003) relata que cometia-se ainda outra grave atrocidade contra estes indivíduos, as crianças que nasciam com qualquer tipo de doença, má formação e as consideradas anormais, mas especificamente, as doentes mentais, eram depositadas em cestos as margens do Rio Tibres, local onde escravos e pessoas que viviam da arte de esmolar ficavam de prontidão a sua espera para criá-las e mais tarde usá-las para pedir esmolas pelas ruas da cidade.

Capellini e Rodrigues (2010, p.14) relatam que na sociedade grega, o culto ao corpo, à perfeição e aos ideais atléticos levavam os deficientes a serem sacrificados ou escondidos. Na República de Platão, encontra-se o seguinte registro: “Quanto aos filhos de sujeito sem valor que forem mal constituídos de nascença, as autoridades os esconderão, como convém, num lugar secreto que não deve ser divulgado.”.

Inobstante, Aranha (2005) leciona que nos primórdios da formação das civilizações havia muitas divergências no tratamento para com o deficiente, enquanto em alguns lugares estas pessoas tinham como destino certo a morte, em outros, eram consideradas “possuídas pelo demônio”, necessitando de purificação. Kanner 1964 citado por Aranha (2005) relata que a única ocupação para os

retardados mentais encontrada na literatura antiga era a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes.

O tratamento dispensado ao deficiente fez com que tais sujeitos fossem considerados como algo descartável, inútil, substituível. Fernandes (2003) enfoca que esse tratamento “não foi “privilegio” de um único povo, nem tampouco ficou restrito a uma cultura unicamente, porque esta prática discriminatória não era algo que causasse escândalo, pelo contrário, fez-se presente em muitas culturas” (p.19).

Segundo expõe Aranha (2005), desde tempos mais remotos a deficiência ora era entendida como fenômeno metafísico, possessão demoníaca, ou escolha para o pagamento de pecados dos pais. Além disso, a Reforma Protestante e a rigidez da moral e da ética foi outro fator que colaborou para que a deficiência fosse entendida como a personificação do mal, que deveria ser combatida por meio do abandono, castigos, torturas e até mesmo da eliminação desses sujeitos.

Bruno (2006, p.9) em seus estudos faz a seguinte ressalva sobre a deficiência mental e a loucura: “deficientes mentais e loucos eram considerados como possuídos pelo demônio, por isso deveriam ser eliminados da sociedade.”. Já sobre o papel que a religião exercia no tratamento para com o deficiente, a autora alega que a crença oscilava entre a culpa e expiação dos pecados. De acordo com Aranha (2005), tal pensamento só foi modificado quando o filósofo Tomás de Aquino passou a defender que a deficiência era um fenômeno natural da espécie humana, mas mesmo assim, a deficiência ainda não era bem entendida e aceita pela sociedade, havia os que expressavam sentimentos de rejeição, outros de piedade e outros de proteção. Esses sentimentos contribuíram para que surgissem instituições sociais e religiosas de proteção e outras de isolamento social: abrigos, prisões e hospitais.

Nesse contexto, a pessoa diferente, com limitações funcionais, necessidades diferenciadas (surdos, cegos, deficientes mentais, deficientes físicos, órfãos, doentes idosos, dentre outros), era praticamente exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral. A Bíblia traz referências ao cego, ao manco e ao leproso - a maioria dos quais sendo pedintes ou rejeitados pela comunidade, seja pelo medo de doença, seja porque se pensava que eram amaldiçoados pelos deuses. Kanner (1964) relatou que a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes (ARANHA, 2005, p.8).

“As raízes históricas e culturais do fenômeno deficiência sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito” (BRUNO, 2006, p.8). Contudo, a partir da ascensão da Igreja Católica, instituição que tornou-se o centro de todo o poder político e econômico, o deficiente passou a ter seu direito de vida resguardado, a Igreja pregava que todos estavam sob a proteção de Deus, dessa forma, a mortandade foi substituída pelo cuidado, mas não o cuidado que têm-se hoje, na verdade era apenas mais uma forma de esconder o que incomodava a sociedade (FERNANDES, 2003).

Sobre isso, Pessotti (1984, p.21) tece a seguinte crítica: “Enquanto o teto protegia o cristão, as paredes escondiam e isolavam o incômodo ou o inútil”. Ou seja, dentro da própria Igreja Católica já existia um dualismo, uma contradição nas formas de entendimento e de tratamento dado a deficiência. Mazzotta (2005, p.61) afirma que a religião ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, forjou a concepção da ideia de condição humana, incluindo-se aí a perfeição física e mental. E, não sendo estes “parecidos com Deus”, qualquer indivíduo que apresentasse deficiências (ou imperfeições) ficavam à margem da condição humana, e eram responsabilizadas pela deficiência que apresentava.

Por sua vez Bruno (2006) alega que a partir do Movimento de Renascimento começou a surgir uma significativa mudança no tratamento destinado para as pessoas com deficiência, uma vez que o desenvolvimento acelerado da ciência, o pensamento racionalista trouxe à tona a noção de que a causa e etiologia da deficiência resultava de doenças hereditárias, males físicos ou mentais.

Na literatura da época encontra-se que as crianças eram eliminadas e abandonadas por serem portadoras de necessidades especiais físicas ou mentais, sendo assim eram excluídas da sociedade de forma cruel, por predominar a noção de que para ser aceito socialmente, o indivíduo precisava ser perfeito para ser valorizado (MELO; SANTOS, REIS, 2012).

Percebe-se que as relações sociais desta época já eram marcadas por estereótipos e preconceitos contra a imperfeição do corpo ou do bom funcionamento da mente. Todos os indivíduos que não se enquadravam nos padrões sociais não tinham chances de sobreviver e quando sobreviviam ficavam sempre expostos a crueldade, uma vez que predominava a ideologia de que Deus castigava alguém, enviando-lhe doenças ou permitindo o nascimento de descendentes com algum tipo

de deficiência. Estes descendentes por não contribuírem com a sobrevivência da família, logo tornavam-se substituíveis, assim era raro um deficiente receber a atenção que precisava para crescer e interagir socialmente (MAZZOTTA, 2005).

Todavia, de acordo com Aranha (2005, p.31) a nova visão sobre a deficiência formulada pelas ciências, em especial, a médica, não promoveu mudanças de fato significativa para o deficiente, pois ao invés destes receber a atenção que necessitavam, passaram a ser encaminhados para a internação em abrigos, asilos e hospitais. “As descobertas científicas acerca da deficiência deram origem ao Paradigma da Institucionalização.”.

No campo da educação, as primeiras iniciativas registradas são de atendimento ao deficiente são de origem europeia e essa iniciativa estimulou a criação de instituições educativas em varias outras partes do mundo. Primeiro nos Estados Unidos, depois no Canadá e posteriormente, no Brasil. Na França em 1620, Jean Paul Bonet fundou as primeiras instituições de educação de surdos, em 1784, Valentin Haüy, criou o Instituto Real dos Cegos (CAPELLINNI; RODRIGUES, 2010).

O século XVII foi palco de novos avanços no conhecimento produzido na área da Medicina, o que fortaleceu a tese da organicidade¹, e ampliou a compreensão da deficiência como processo natural. Enquanto que a tese da organicidade favoreceu o surgimento de ações de tratamento médico das pessoas com deficiência, a tese do desenvolvimento por meio da estimulação encaminhou-se, embora muito lentamente, para ações de ensino, o que vai se desenvolver definitivamente somente a partir do século XVIII (ARANHA, 2005, p.13).

Aranha (2005) relata ainda que o paradigma da Institucionalização, constituiu-se inicialmente pela criação de conventos e asilos, em seguida houve a criação dos hospitais psiquiátricos, que tornaram-se locais de confinamento, pois ao invés de serem instituições de referência no atendimento ao deficiente, eram na verdade prisões isoladas, que mal atendiam suas necessidades básicas de alimentação e higiene.

Conforme mostra a discussão, durante muitos séculos as pessoas com deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento sofreram, foram rejeitados, abandonados a própria sorte e em último caso, condenados a morte

¹ A tese da organicidade defendia que as deficiências são causadas por fatores naturais e não por fatores espirituais, transcendentais (ARANHA, 2005, p.13).

prematura. Não tinham respeito nem o direito de estar presente na sociedade, pois desta não participavam, embora estivessem presentes, não recebiam de seus parentes, do Estado ou da sociedade em geral a atenção e os cuidados que necessitavam para terem a oportunidade de alcançar um desenvolvimento humano saudável.

2.2 OS PARADIGMAS QUE MARCARAM A ACEITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE

Diante da atual sociedade, fortemente marcada pelo avanço crescente da hegemonia capitalista, a luta em defesa da garantia de acesso à educação para a pessoa com deficiência é uma luta histórica que busca romper com a seletividade que marcou profundamente a educação brasileira, que desde os primórdios de sua origem teve como objetivo principal atender aos interesses da classe elitista (SASSAKI, 2005).

Conforme mostra a discussão acima, revendo-se momentos da história da educação, compreendemos que esse campo foi fortemente marcado por diferentes concepções até que a Educação da Pessoa com Deficiência (PCD) fosse reconhecida como direito e dever do Estado promovê-la igualmente em princípios de qualidade das práticas escolares, o que só ocorreu no Brasil quando houve a implementação da Constituição Federal (1988), da LDBEN (Lei nº 9.394/96) e outras políticas sociais e educacionais que foram sendo outorgadas pelo Estado (ROSA *et al.*, 2003).

A atenção dispensada pela sociedade para com a pessoa com deficiência foi marcada por três paradigmas distintos e antagônicos: o paradigma da eliminação; o paradigma assistencialista; o paradigma da integração e o paradigma da inclusão. Para melhor entendimento do que cada um representou, recorreremos às contribuições de Cruz (2009) onde aduzimos que:

a) Paradigma da Eliminação: iniciou-se na antiguidade até a Idade Média e é caracterizado pela eugenia. O exemplo mais clássico é Esparta, onde as crianças “defeituosas” eram lançadas de um precipício, já que não tinham valor e utilidade para uma sociedade essencialmente militar. Nesta época, surgem as primeiras expressões estigmatizadoras: monstros, loucos, demente, cretino, entre outras. (CRUZ, 2009, p.109-110).

A pessoa com deficiência era menosprezada socialmente, e quando não era eliminada, apesar de estar presente na sociedade desta era excluído. Os que não eram loucos, para sobreviver tinham que trabalhar ou mendigar pelas ruas (ROSA, 2009).

b) Paradigma Assistencialista: surgiu na chamada Baixa Idade Média, substituindo a eugenia pela caridade cristã. Apesar de uma evolução no tratamento da pessoa com deficiência, esse paradigma também trouxe consequências negativas. Uma destas consequências foi o surgimento dos hospícios, a outra foi o reforço da ideia de “perfeição” e o dever e gratidão a Deus pela “normalidade”. Também a linguagem foi acrescida de novas expressões tão ou mais estigmatizantes do que as anteriores: coitados, miseráveis e entre outras. (CRUZ, 2009, p.110-111).

A Igreja Católica alegando ter como pretensão proteger o deficiente e as crianças bastardas, criou então os asilos e o Estado criou hospícios e internatos, instituições para onde eram encaminhados os deficientes, principalmente, os mentais e as crianças nascidas de relações que contrariavam a moral cristã. Tanto os asilos quanto os hospícios, foram instituições marcadas por práticas de castigos físicos e crueldade para com o deficiente, não havia nenhum tipo de respeito as suas peculiaridades (ROSA, 2009).

c) Paradigma da Integração: pós-medieval, floresceu com a Revolução Científica, a Reforma Protestante, o liberalismo político, o capitalismo e a Filosofia da Consciência. É quando surgem as primeiras inovações e invenções que facilitam a integração da pessoa com deficiência. São desta época a cadeira de rodas, as muletas, as próteses e o código Braille. [...] Mesmo com toda a transformação, o paradigma de integração tinha como base a concepção de que a pessoa com deficiência é quem deveria se adaptar a sociedade. (CRUZ, 2009, p. 111-112).

O Paradigma da Integração tinha como proposta que o deficiente se adequasse as normas sociais estabelecidas, esperava-se que o sujeito independente das limitações apresentadas conseguisse realizar as tarefas que os indivíduos normais realizavam com o êxito esperado pela sociedade.

O Paradigma da Integração foi um movimento mundial cuja meta principal era integrar os sujeitos deficientes aos diferentes ambientes sociais, contudo, não havia ainda a conscientização de que a pessoa com deficiência necessitava de receber cuidados especiais, o que

esperava era que o deficiente a partir de esforços pessoais conseguisse vencer as limitações impostas pela deficiência. (SOUZA *et al.*, 2005, p.14).

Nesse Paradigma, a escola ao tentar adequar o deficiente ao trabalho desenvolvido com os sujeitos normais, acabava reforçando as práticas de exclusão quando exigia que o aluno se adaptasse a sua rotina educativa sem levar em consideração as suas peculiaridades e singularidades individuais dos sujeitos deficientes (PAÍN, 2008). Além disso, ainda não havia pessoas capacitadas para prover o apoio pedagógico que o deficiente precisava para conseguir acompanhar o ritmo de aprendizagem exigido pelo sistema de ensino (FERNANDES, 2003).

d) Paradigma da Inclusão: surge já no século XX e está em desenvolvimento nos dias de hoje. Seu advento é interessante, pois está intimamente ligado à universalização dos direitos humanos e também às Grandes Guerras que ocorreram no século passado. [...] A partir daí, é desenvolvida a ideia de que de que todos somos diferentes e a diferença deve ser elemento de coesão na sociedade. (CRUZ, 2009, p. 112-113).

Nessa mesma via de reflexão, Rosa (2009) nos ajuda a entender que o Paradigma da Inclusão acabou se tornando um novo referencial de aceitação da diversidade humana à medida que este:

Procura despertar o que cada pessoa tem de melhor, e dá espaço para que usemos a imaginação e a criatividade na busca de diferentes soluções para os problemas que se apresentam no dia a dia da sala de aula, tendo como base as novas compreensões a respeito da natureza e do homem. Ele se propõe a alterar as formas de convivência humana, mostra que todos podem aprender juntos quando há respeito pelas diferenças e oportunidades iguais para o aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a fazer. (ROSA, 2009, p.18).

Complementando o pensamento acima, Paín (2008) alega que ocorreu uma mudança de pensamento que tem influenciado todo o sistema de ensino, pois agora, a criança deficiente deve ser preferencialmente educada na rede regular de ensino; a escola tem o dever de lhe assegurar condições metodológicas adequadas para que a aprendizagem ocorra; os educadores são chamados a assumir melhor compromisso com a formação integral do sujeito deficiente e nesse novo

pressuposto escolar, a criança não é mais responsabilizada pelos seus déficits, ao contrário, a escola é que deverá estar preparada para educar a todos de maneira igualitária.

Todavia, ao educador que pretende contribuir com a aceitação da pessoa com deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento cabe compreender que:

Igualdade, um dos fundamentos da educação inclusiva, não é, de forma alguma, tornar igual. Incluir não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Portanto o “aluno-padrão” não existe: cada integrante deste cenário deve ser valorizado como é, e todo o processo de ensino-aprendizagem deve levar em conta estas diferenças. (ROSA, 2009, p.36).

Para que o sujeito com deficiência conseguia aprender semelhante aos sujeitos considerados normais, temos que nos esforçar para lhe oferecer um ensino que o leve a dominar níveis mais elevados de conhecimentos, tendo sempre o cuidado de atender integralmente todas as suas carências educativas, esse é o principal pressuposto e compromisso da Educação para Todos (MAZZOTTA, 2005).

2.3 A TRANSFORMAÇÃO OCORRIDAS DO FINAL DO SÉCULO XX AO INÍCIO DO XXI: O nascimento de uma nova concepção em torno da deficiência

Conforme as sociedades foram evoluindo em termos culturais, econômicos e políticos, presenciamos o despontar uma nova visão sobre a deficiência que passou a influenciar todos os espaços sociais e em especial a escola, que passou a ter a obrigatoriedade de garantir matrícula escolar e a aceitação da diversidade humana.

O paradigma inclusivo propõe uma inovação na educação. Propõe que definitivamente, as escolas assumam-se como espaço privilegiado para a construção de práticas sociais autenticamente inclusivas, ou seja, como berço da inclusão social. O paradigma inclusivo de educação, entre outros princípios defende o direito de todos a uma convivência não segregada. Isso significa que ninguém deve ficar excluído da escola regular. (MANTOAN; PIETRO, 2006, p.18).

Essa nova visão sobre a deficiência despontou a partir da década de 1990 com a Declaração de Salamanca, um documento norteador das maiores inovações nessa área, a qual dentre muitas outras coisas estabeleceu:

O princípio fundamental dessa Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizados. (BRASIL, 1994, p. 17-18).

Noutro entendimento, propôs uma nova visão de educação que tem como objetivo principal romper com a seletividade e qualquer discriminação social que toma como base a deficiência. Independente das limitações que os indivíduos possam apresentar, hoje existe o reconhecimento que quando o aluno especial recebe da escola a atenção e o apoio que precisa, este indivíduo consegue alcançar um bom nível de aprendizagem que em alguns casos, chega até mesmo a surpreender os professores (FERNANDES, 2003).

No Brasil, o marco destas mudanças teve início com a outorgação de nossa atual Constituição Federal (1988), a qual em seu Art. 205 efetivou a educação como direito de todos e dever do Estado e no Art. 206 (Inciso I) preconizou que deve existir a igualdade de ingresso e permanência na escola sem exclusão ou distinção de todo indivíduo com deficiência e que todos esses esforços devem convergir para estabelecer o caráter de equidade no sistema público de ensino (BRASIL, 2010).

Do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988 (CF) ao tratar da Educação, dentre outras coisas, contemplou a Educação Inclusiva estabelecendo em seu Art. 208, § III, que no dever do Estado para com a educação estaria garantido o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 2010, p.59).

Mais adiante surgem outros documentos que passam a lutar em favor do direito de acesso à educação para o deficiente tais como: a Convenção de Guatemala (1999), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), assumidos como compromisso pela agenda governamental brasileira junto aos órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1998), dentre

muitas outras legislações que reconhecem e asseguram a todos o acesso à educação como direito inviolável (ROSA, 2009).

A atual LDBEN (Lei nº 9.394/96), no capítulo V, Art. 58, trata exclusivamente da Educação Especial e deixa claro que a mesma é um direito, não é favor, e que todas as pessoas com deficiência deve estar incluída em toda Educação Básica e terem seu progresso à escolarização no Ensino Superior (BRASIL, 2013). A orientação geral é que ninguém mais seja excluído do direito de escolarização básica, independente do sujeito ser considerado normal ou especial, o direito do aluno tem que ser respeitado, caso contrário, não será possível construir uma sociedade justa em que todos respeitam seus semelhantes, independente de suas limitações.

E nessa nova conjuntura social, todas as pessoas devem ser valorizadas e as que apresentam deficiência, além de serem respeitadas, devem ser também protegidas de qualquer forma de crueldade humana ou exclusão social (SASSAKI, 2005).

Consoante o estabelecido pela Carta Magna (1988), a LDBEN (Lei nº 9394/96), além de reafirmar os preceitos legais da CF, estabeleceu as seguintes orientações para serem adotadas pelas escolas:

Art. 58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

[...];

§ 3º - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil.

Art. 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do

ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 2013, p.54).

De acordo com os artigos 58 e 59 da LDBEN (nº 9394/96) fica explícito que o aluno com deficiência precisa ser incluído nas salas do ensino regular, no Atendimento Educacional Especializado (AEE), e de serem acompanhados por profissionais capacitados para atuarem com tal modalidade de ensino. A referida Lei ainda explicita que a formação inicial e continuada de professores são essenciais para os educadores atuarem junto aos alunos com necessidades educativas especiais é de suma importância para a inclusão de tais alunos (BRASIL, 2013).

Sasaki (2005) alega que se levarmos em consideração a história da educação brasileira, em especial, seus emblemas e contradições, entenderemos que nosso país tem uma imensa dívida social para com a população brasileira, principalmente, as minorias sociais. Assim, a Educação inclusiva busca reparar tais contradições e afirmar o direito de acesso à educação para todos os indivíduos com deficiência, muito embora a inclusão não esteja acontecendo tal como está previsto nas legislações, temos tido avanços significativos nessa área (FERNANDES, 2003).

Outra mudança muito significativa nessa área despontou quando houve a implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, sancionada pela Resolução nº 2/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), a qual estabeleceu em seu Art. 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, p.67).

Ainda em 2001, foi implementado o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, e este também contemplou a educação especial ao destacar que “o

grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana.” (KASSAR, 2010, p.19). Isso foi muito importante porque os sistemas de ensino passaram a elaborar sua Proposta Político Pedagógica com bases nas metas e diretrizes do PNE, lançando assim, um olhar mais apurado sobre os alunos com necessidades educativas especiais (ROSA, 2009).

Em 2003, o MEC criou o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, cujo objetivo foi transformar as escolas em sistemas inclusivos, visando promover acesso amplo dos educandos com deficiência à mesma, bem como a formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros tendo como pressuposto principal garantir o direito de acesso de todos à escolarização e a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade (BRASIL, 2003).

Enfatizou mais uma vez qual é o papel que as escolas têm a desempenhar na aceitação de todo indivíduo com necessidades educativas especiais na Educação Básica, destacando que todos seus profissionais precisam atender bem as pessoas com deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento (ROSA, 2009).

Dentre suas ações mais significativas, destacamos os seguintes objetivos:

Disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos e apoiar o processo de implementação e consolidação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade nos municípios brasileiros. Sensibilizar e envolver a sociedade e a comunidade escolar em particular, na efetivação da política de educação inclusiva.

Formar gestores e educadores para atuar na transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. (BRASIL, 2003, p.10).

Na esteira dos preceitos jurídico-legais que foram sendo estabelecidos a partir da CF (1988), em 2006 a Organização das Nações Unidas (ONU) implementou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil tornou-se signatário. A convenção estabeleceu que os Estados devem assumir o dever de assegurar a construção de um sistema de educação inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, criando ambientes que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e social dos indivíduos compatível com a meta da inclusão plena,

adotando medidas para garantir que o está estabelecido em seu Art. 24 seja concretizado efetivamente:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob a alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem. (BRASIL, 2007, p.34).

Ao assumir tal compromisso, o Brasil reafirmou (pelo menos em forma de Lei), que as escolas devem se transformar em espaços de aceitação de toda diversidade humana e, principalmente, primar pela qualidade da práxis educativa desenvolvida junto a cada sujeito especial, para que o aluno especial contando com a ajuda do educador e o suporte material que necessita, possa ir gradativamente superando suas limitações no desenvolvimento da aprendizagem.

Essa garantia representa um avanço no pensamento da sociedade brasileira sobre a deficiência. Não devemos ignorar que desde os tempos mais remotos da construção de nossa sociedade, a deficiência tem servido para retirar destes sujeitos toda oportunidade de estar inserido nessa sociedade e de participar mais ativamente de todos os espaços sociais (KASSAR, 2010).

Dessa forma, as escolas passaram a ter a obrigatoriedade de se organizarem para receber os alunos especiais, ela não pode excluir o aluno por não ter condições de recebê-los por falta de profissionais capacitados, pois a responsabilidade é de todos tanto dos gestores, professores e demais que fazem parte da instituição, mas na prática concreta, em muitas escolas públicas continua ocorrendo a integração em contrapartida à inclusão escolar dos sujeitos deficientes.

No contexto de inovação do campo das Políticas Públicas de Educação na contemporaneidade, em 25 de junho de 2014, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.005/2014, novo Plano Nacional de Educação (PNE) e dentre as suas dez diretrizes, no que diz respeito à Educação Especial, na perspectiva da inclusão, encontra-se as seguintes metas a serem alcançadas no período 2014-2024:

Meta 4 – Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Dentre as estratégias serem adotadas, destaca-se:

4.3 – Implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.4 – Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

[...];

4.8 – Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9 – Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2015, p.55-56).

Se tais metas forem nos anos subsequentes bem desenvolvidas, certamente haverá grande desenvolvimento da Educação Especial, contudo, não se deve esquecer que tal conjuntura depende exclusivamente dos entes federados. Mesmo que o educador seja comprometido com a causa da inclusão, as mudanças mais significativas nos quadros atuais dependem diretamente dos governantes.

Conforme o discutido, fica nítido que o Brasil hoje tem um excelente sistema de Políticas Públicas Educacionais que veem sendo implementado a cada ano para transformar a educação pública numa práxis de qualidade. Nesse contexto, a Inclusão além de estar garantida é uma das ações sociais mais importantes que o Brasil tem abraçado nos últimos anos, mesmo que essa política venha sendo materializada aos poucos, percebe-se que a diferença já não é tão discriminada como no passado, ela é hoje reconhecida como uma característica normal de qualquer sociedade e não mais como uma imposição sobrenatural, castigo divino, expiação de culpa, dentre outros estigmas que marcam a história da deficiência (BALL; MAINARDES, 2011).

Percebemos que houve uma ressignificação da função social da escola e principalmente, do papel que os educadores precisam desempenhar para combater qualquer ato de preconceito ou discriminação que tenha como base única a deficiência. Em termos de Legislação o Brasil apresenta grandes inovações na área, mas em termos de efetivação, ainda há muito a se fazer. Temos professores que ainda não são capacitados para atender o aluno com deficiência e temos também pessoas que acreditam que estes alunos devem ser matriculados em escolas Especiais contrariando os princípios da Inclusão, sendo o mais significativo que a sociedade é quem deverá se adaptar para colher a todo aluno com deficiência (FERNANDES, 2003).

Todavia, em muitas escolas há um quantitativo de docentes que não conseguem prestar o atendimento que o deficiente necessita para ampliar seu potencial de desenvolvimento humano.

Como consequência da falta de compromisso dos governantes na área, a Educação de fato Inclusiva ainda enfrenta e enfrentará muitos desafios para torna-se de fato efetiva e de qualidade. Seria inocente e até mesmo contraditório não ressaltar-se nessa pesquisa a realidade de nossas escolas que continuam sendo submetidas ao descaso do Estado. Temos boas políticas, temos boas intenções, mas nos falta o principal, neste caso, o real cumprimento do “dever” do Estado para com a escolarização de nosso alunado com necessidades educativas especiais (MANTOAN, 2005).

Conforme afirmam Ball e Mainardes (2011), as Políticas Públicas de Educação além de ser dever do Estado, são também instrumentos que procuram gerar uma sensibilização para a condição em que o deficiente se encontra. A partir delas, a escola deve esforçar-se para cumprir sua função social, mesmo que o Estado não o faça, uma vez que nem tudo que serve para a política serve para a educação, mas a educação é uma necessidade social que deve ser atendida para que seja possível forjar-se uma nova ordem societária, assentada sobre os princípios da cidadania emancipatória.

Todos os alunos precisam ser bem atendidos pelo sistema público de educação, esse é um compromisso que nós educadores devemos abraçar com afinco, pois se somos de fato uma sociedade Democrática e de Direitos, os alunos com deficiência precisam ser tratados com o mesmo respeito que os demais.

Nessa perspectiva, estamos caminhando rumo à construção de uma nova ordem societária, em que todos são reconhecidos como sujeitos de direitos, como pessoas que merecem ser respeitadas, independente de qualquer limitação que possa vir a apresentar, mas que não pode ser usada como instrumento para discriminar ou excluir os indivíduos de terem direito de acessar os bens sociais que devem ser estendidos para todos e dentre vários, a educação é um dos mais importantes para a construção da cidadania dos indivíduos (MANTOAN, 2005).

É exatamente aqui que a Educação fará a diferença, ao aceitar a diversidade à escola no sentido de ajudar a sociedade a mudar a sua forma de entender e caracterizar a deficiência.

2.4 SUPERANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL E CONCRETIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Legitimando o direito de acesso à educação do deficiente

Como bem temos discutido, o Paradigma da Inclusão vem ano após ano desencadeando uma nova visão social em torno das pessoas com deficiência, alterando as formas dos sujeitos se relacionarem e aceitarem a inclusão social como um ato comum, rompendo as barreiras do preconceito e da discriminação social. Mas ainda há muito a se avançar para termos uma sociedade realmente inclusiva.

Conforme relata Mazzotta (2005), a Educação Especial despontou no cenário internacional no final do século XIX quando já existia a conscientização de que as deficiências precisavam ser compreendidas como um fato normal e suscetível de ocorrer com qualquer indivíduo. Assim as pessoas com qualquer tipo de deficiência começam a serem atendidas em clínicas médicas, hospitais e instituições semelhantes, e estas por meio de intervenções médicas, psicológicas, psiquiátricas educativas, buscavam encontrar respostas mais precisas em torno dos fatores que provocavam a deficiência, estando ainda separadas de um convívio social mais amplo, mas já contemplando ações educativas (ROSA, 2009).

Com base nas contribuições de Glat (2007, p.12) encontramos que:

A Educação Especial tradicionalmente se configurou como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado para o atendimento especializado de indivíduos com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e/ou de comportamento, altas habilidades ou superdotação. Foi caracterizando-se como serviço especializado por agrupar profissionais, técnicas, recursos e metodologias específicas

para cada uma dessas áreas. Estes especialistas se responsabilizavam pelo ensino e aprendizagem dos alunos então chamados de “especiais”, mesmo quando estes participavam de turmas comuns em escolas comuns.

Embora nessa época as pessoas com deficiências recebessem melhor atenção social e atendimento especializado, as mesmas permaneciam excluídas da participação social e de processos mais significativos de inclusão e ainda não tinham seu reconhecimento de cidadão de direitos. O mais grave é que a sociedade esperava que recebendo esses poucos cuidados (atenção médica, psicológica, psiquiátrica e ações educativas), tais procedimentos curariam as deficiências e estes sujeitos acabariam adquirindo comportamentos normalizados (MAZZOTTA, 2005).

Considerava-se que a deficiência era um problema que estava na pessoa e, portanto, era a pessoa que precisava ser modificada (habilitada, reabilitada, educada) para tornar-se apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social (família, escola, emprego, ambiente). Quem não estivesse pronto para ingressar imediatamente na escola, precisava ser “preparado”, por uma classe especial ou Escola Especial, até ser considerado aceitável.

Tal atitude mais uma vez demonstra a clara intenção da sociedade de “normalizar” as pessoas com deficiência desconsiderando nesse processo suas necessidades e peculiaridades.

Fernandes (2003) que no início do século XX, mas especificamente após as duas grandes guerras que geraram várias calamidades e provocaram o aumento considerável do número de pessoas com deficiência física, despontou um movimento mundial em prol da integração das pessoas com deficiência e do reconhecimento dos seus direitos civis e políticos. A sociedade passa então a exigir que o Estado assumisse o compromisso de implementar medidas mais efetivas de atendimento integral e proteção social para os sujeitos com deficiência (SASSAKI, 2005).

Ao longo de muitos anos e de inúmeros estudos, evidenciou-se que o modelo da educação especial não realizou o propósito de formar pessoas capazes de progredir de maneira autônoma na vida, se integrar na sociedade e exercer um papel ativo. Tal realidade é compreensível tendo em vista que a segregação e o isolamento social dos estudantes não favorecem o desenvolvimento para a vida regular e para o exercício da cidadania. Por outro lado, a existência de escolas

especiais tem feito com que grande número de alunos e alunas que fracassam na escola comum em consequência do enfoque homogeneizante, acabe sendo encaminhados a escolas ou classes especiais (BRASIL, 2007, p.62).

Em contrapartida, os Estados Unidos desde o ano de 1842 já havia dado início à criação de escolas comuns para atender as pessoas com deficiência, em 1918 assegurou o ensino obrigatório para todos e o Estado assumiu a responsabilidade de prover os recursos financeiros necessários a seu desenvolvimento. Diante do êxito apresentado por esse novo sistema público de ensino, na década de 1970 surge nos EUA o “Movimento de Vida Independente” que passou a defender; à eliminação da dependência e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência (ROSA, 2009). Esse movimento trouxe á tona a conscientização de que as pessoas com deficiência precisavam construir sua autonomia (deixar de ser dependente de familiares e terceiros) e ter acesso a seus direitos para serem reconhecidos como cidadãos iguais aos demais sujeitos.

Já em 1975, os Estados Unidos outorgou a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência e, por conseguinte, o Programa de Ações das Nações Unidas, por meio da Lei de nº94.142/75 oficializou que as pessoas com necessidades educacionais especiais deveriam ser integradas a ambientes o menos restritivos possíveis, visando dessa forma garantir que a sociedade assumisse o compromisso de garantir uma maior participação destes sujeitos nos espaços sociais (MAZZOTTA, 2005).

Já na década de 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) conclamou 1981 como sendo o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, dando maior visibilidade ao movimento mundial de defesa das pessoas com deficiência. Tais ações foram fundamentais para gerar na sociedade e em seus governantes uma luta em defesa de integração do ensino especial com o ensino regular (ROSA, 2009).

A partir dessas ações Rosa (2009, p.89) relata que despontou mundialmente a conscientização de que “para as pessoas com deficiência terem participação plena e igualdade de oportunidades, era necessário que ao invés de pensar em adaptá-las a sociedade, procurasse construir meios e mecanismos para se adaptar a elas.”.

A partir da década de 1990 em diante começou a ser gestado o que hoje conhecemos como Educação Inclusiva, um movimento que tem como objetivo principal romper com as práticas de exclusão, segregação social e discriminação,

defendendo e garantindo que todos os indivíduos com deficiência sejam reconhecidos como sujeitos de direitos (SASSAKI, 2005).

Para corresponder aos princípios de equidade e igualdade surge a Educação Inclusiva, um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem (GLAT, 2007).

O Paradigma da Educação Inclusiva é hoje compreendido como uma política pública ampla que responsabiliza governos e sistemas escolares de cada país em prover a qualificação educacional de todos os indivíduos com deficiência, por meios de ações educativas desenvolvidas pelas escolas, transformando e melhorando o nível de desenvolvimento da aprendizagem, por meio de experiências que devem contribuir significativamente com o desenvolvimento global dos aspectos biopsicossociais de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência (MAZZOTTA, 2005).

É comprovado que a experiência de muitas escolas de diversos países demonstra que a convivência escolar com crianças com deficiência tem favorecido o surgimento de uma postura positiva frente às diferenças individuais e o enriquecimento das práticas docentes na sala de aula, no sentido que o processo de integração desses estudantes ao sistema educacional comum tem produzido mudanças positivas tanto na escolarização quanto na escola que os acolhe.

Conforme a sociedade passou a defender os direitos da pessoa com deficiência, gradativamente a inclusão foi se tornando uma prática social defendida por educadores de todas as partes do mundo. Atualmente, é difícil encontrar quem se oponha publicamente ao convívio de crianças com algum tipo de deficiência com outras de sua idade, tanto para o desenvolvimento social e educacional como para diminuir o preconceito. Porém, no Brasil, a realidade da rede pública de ensino ainda é de salas superlotadas, baixos salários, má formação dos professores, projetos pedagógicos ultrapassados e estrutura precária, o que dificulta a aprendizagem de qualquer criança (BRASIL, 2007, p. 64).

Uma escola inclusiva caracteriza-se, fundamentalmente, pelo compromisso com o direito de todos (a) à educação, à igualdade de oportunidades e à participação de todos os educandos nas várias esferas da vida escolar. Entende-se

por escola inclusiva aquela na qual o ensino e a aprendizagem, as atitudes e o bem-estar de todos os(as) educando(a)s são considerados igualmente importantes. É uma escola na qual não há discriminação de qualquer natureza e que valoriza a diversidade humana como recurso valioso para o desenvolvimento de todos/as, uma escola que busca eliminar as barreiras à aprendizagem para educar de forma igualitária todos. “Na escola inclusiva as pessoas são reconhecidas em sua individualidade e apoiadas diligentemente em sua aprendizagem.” (BRASIL, 2007, p.112).

Nas contribuições de Rodrigues e Maranhe (2008, p.35) encontramos que:

O aluno com deficiência, na convivência com seus pares da mesma idade, estimula seu desenvolvimento cognitivo e social, demonstrando maior interesse pelo ambiente que o cerca e apresenta comportamentos próprios para sua idade. O professor deve estar atento à interação estabelecida entre os alunos com e sem deficiências, promovendo, não só as aprendizagens acadêmicas, como o relacionamento entre eles e o aumento da autoestima da criança com deficiência, auxiliando sua integração na classe.

Nessa perspectiva, um dos maiores desafios que o Brasil enfrenta diz respeito a como avançar na direção de uma escola inclusiva, que ensine e eduque todas as crianças e simultaneamente reconheça as diferenças individuais como um valor a ser levado em conta no desenvolvimento e na materialização dos processos de ensino-aprendizagem. Uma escola que precisa adaptar-se à diversidade de características, capacidades e motivações de seus alunos, procurando responder às necessidades educacionais de cada criança (BRASIL, 2007, p.59).

Incluir o educando com deficiência pressupõe oferecer oportunidades concretas de desenvolvimento humano. Por isso, o/a aluno/a com deficiência deve receber um tratamento que seja efetivo, isto é, que favoreça o desenvolvimento pleno de suas competências e habilidades e, para isso, os educadores devem ter o cuidado de buscar adequar a prática educativa às necessidades que o educando apresenta, atendendo da melhor forma possível suas carências de aprendizagem, minimizando suas limitações, respeitando suas peculiaridades, prestando-lhe total apoio e atenção diferenciada, já que a deficiência produz sérios déficits em seu processo de construção do conhecimento (ARANHA, 2004).

Corroborando com o pensamento acima, Mantoan (2005, p.30) tece o seguinte comentário:

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos.

Os defensores da inclusão acreditam que a entrada dos alunos com deficiência no ambiente educacional regular vai pressionar as escolas a se reestruturarem física e pedagogicamente, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno, tenha ele uma deficiência ou não (MAZZOTTA, 2005).

Algumas das ideias básicas próprias da educação inclusiva foram referidas por Alvarez y Soler (1998, *apud* GLAT, 2007), e dentre várias destacamos:

Levar sempre em consideração o fato de que as pessoas são diferentes e que, portanto, a escola deve ajudar cada um a desenvolver suas aptidões no contexto comum a todos, livre de seleção e da conseqüente classificação de aluno(a)s em diferentes tipos de instituições especializadas,
Eliminar o espírito de competitividade, a partir do qual a visão de mundo se restringe a uma corrida na qual apenas alguns conseguirão chegar ao final,
Oferecer oportunidades a todos para compensar as desigualdades existentes, mas sem educar para 'formar pessoas iguais' (GLAT, 2007, p.32).

É na busca de combater o preconceito e a discriminação social que a escola ao incluir o sujeito com deficiência assegura o direito de acesso á educação para um público que por décadas não teve a oportunidade de partilhar das experiências educacionais e, que por isso mesmo, perdeu a oportunidade de torna-se seres criativos, críticos, reflexivos e autônomos, produtores de novas experiências sociais. Reparar essa injustiça é um imperativo para construir a sociedade democrática, justa, para que as oportunidades de diferentes formas de ascensão social sejam direito de todos e, não apenas daqueles indivíduos considerados "normais" (MANTOAN; PIETRO, 2011).

Dessa forma, a partir da implantação do Paradigma da Inclusão, a escola, porque não dizer, a sociedade como um todo viu-se obrigada a matricular os alunos especiais nas salas regulares de ensino, e nesse novo cenário, a escola é que deve preparar-se para integrar-se ao aluno, para atender da melhor maneira possível suas necessidades de aprendizagem e para favorecer a aceitação da diversidade em toda a sociedade (ROSA, 2009).

As escolas são os principais espaços de construção do conhecimento que favorecem a formação integral dos cidadãos, por isso mesmo, estes espaços devem ser aberto a aceitação da diversidade humana (FERNANDES, 2003).

Como bem nos ensina Sasaki (2005, p.22) “a inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seu papel na sociedade.”. Ou seja, é a maneira mais correta de darmos ao deficiente atenção e respeito que merece como cidadão de direitos humanos.

2.5 O PAPEL DO EDUCADOR NA INCLUSÃO DO ALUNO ESPECIAL NAS SALAS REGULARES DE ENSINO

Neste momento, nossa discussão se propõe a identificar as principais mudanças que a práxis educativa e em especial, os educadores precisam absorver para tornar a Educação Inclusiva uma prática exitosa em todos os sistemas de ensino. Nossa intenção é desvelar como a educação vem tratando a inclusão; como os educadores estão buscando aperfeiçoar seu leque de conhecimentos, ressaltando-se além das competências e habilidades necessárias a inovação do pensamento pedagógico, a influência que o educador exerce na conquista da cidadania de nossos alunos que apresentam necessidades educativas especiais.

Com a inclusão do aluno especial nas salas regulares de ensino, o educador tem diante de si a necessidade de ampliar seu nível de conhecimentos para aperfeiçoar sua prática educativa, conforme sejam as necessidades de aprendizagem destes alunos. Assim, além de dominar técnicas de “como repassar os conteúdos”, o professor também necessita desenvolver várias competências didático-pedagógicas nessa área, em síntese, precisa apoiar seus conhecimentos nas teorias que desvelam como esses sujeitos aprendem.

Renomados educadores da área da Psicologia e da Psicopedagogia têm desenvolvidos estudos que nos ajudam a compreender as peculiaridades do processo ensino-aprendizagem. A partir dos estudos de Piaget e Vygostky, sabe-se hoje que o aluno quer seja com deficiência ou considerado normal, atravessa diferentes fases em seu processo de desenvolvimento da aprendizagem. Por isso, toda ação docente para ser de fato exitosa deve estar atenta para cada necessidade que o educando apresenta.

Na concepção de Alves e Barbosa (2006, p.15):

Este paradigma requer um processo de ressignificação de concepções e práticas, no qual os educadores passem a compreender a diferença humana em sua complexidade, não mais com um caráter fixo e um lugar: preponderantemente no outro, mas entendendo que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas e estão em todos e em cada um. Ao mesmo tempo, contribui para transformar a realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tornando efetivo o direito de todos à educação.

Dessa forma, tratando-se da aceitação da diversidade nas salas de aula regulares, o papel do educador é de suma relevância para desconstruir qualquer tipo de preconceito e discriminação acerca da deficiência, pois diante dos desafios suscitados pela Educação Inclusiva, o educador precisa ser um profissional devidamente habilitado para atender as necessidades que o sujeito apresenta em sala de aula, numa linguagem simplificada, deve ser dotado de competências e habilidades para levar o aluno ao aprender a aprender (MANTOAN, 2005).

Como bem relata Glat (2007, p.73):

O professor é responsável por colocar seus alunos em contato com problemas que os afetem no sentido de buscarem resolvê-los. Mas, para isso, ele precisa ser autêntico, precisa acreditar, aceitar seu aluno, numa relação empática com o mesmo. Além disso, deverá acreditar na tendência auto-realizadora desse aluno e colocar-se como fonte disponível de informações técnicas e recursos [...] independente do diagnóstico ou da dificuldade apresentada pelo aluno, todos devem beneficiar-se da ação educativa para conseguir elevar seu potencial cognitivo, afetivo, social e emocional.

Sasaki (2005) há tempos vem alertando que a escola que conhecemos hoje precisa mudar, incluindo nesta mudança o reconhecimento de que os educadores devem se atualizar cientificamente e ter acesso a novos recursos pedagógicos. É

essa nova conjuntura pedagógica que favorecerá a aceitação da diversidade, e a afirmação dos valores humanísticos como o respeito, a solidariedade humana, e o amor ao próximo. Glat (2007, p.74) enfatiza que “O bom ensino deve ampliar a interação dos alunos com o objeto de conhecimento.”.

Sobre essa competência docente, o MEC (Brasil, 2007) destaca que na perspectiva da Educação Inclusiva, o educador deve atender integralmente todos os educandos, e para o aluno com deficiência, deve de antemão planejar atividades diversas, mas com o mesmo conteúdo repassado para os outros alunos, pois o aluno deficiente precisa, apesar de suas limitações ser capaz de acompanhar a mesma grade curricular dos demais educandos, cabendo ao docente à função de ajustar as atividades conforme as limitações que o aluno apresenta. “O professor ao receber um aluno com deficiência, devera estudar e pesquisar sobre aquele tipo de deficiência para melhor mediar o processo de aprendizagem deste aluno.” (MANTOAN; PIETRO, 2011, p.22).

O desenvolvimento do sujeito deficiente que necessita de atividades adaptáveis, vai depender do nível da sua deficiência pois nem sempre será possível acompanhar a mesma grade curricular do aluno normal, é necessário respeitar suas peculiaridades e limitações, havendo flexibilidade na aplicação das atividades. Dentro do processo de aprendizado do aluno de inclusão é essencial o emprego de ferramentas, que vêm proporcionar planejamento e efetividade. Dentre elas, o PEI, que é o Plano de Ensino Individualizado. Trata-se de currículo adaptado a ser produzido pelo professor e equipe pedagógica da escola a fim de, além de planejar, traçar metas que serão fundamentais no processo de desenvolvimento do aluno.

Rosa (2009, p.87) enfatiza que no atendimento desses alunos “são mais interessantes às atividades que possuem sons, imagens, movimentos, despertam sentimentos, favorecem reflexão.”. Ou seja, atividades que motivem o interesse do aluno, que despertem a sua criatividade e potencialidade de desenvolvimento humano. Dessa forma, o educador têm maiores possibilidades de estimular vários sentidos no estudante quando utiliza estratégias diversificadas de construção do conhecimento escolar.

Poder-se-á destacar que a característica principal da educação inclusiva, é que não se espera mais que o deficiente se adapte aos alunos considerados normais, mas que apesar das limitações que a deficiência impõe para alguns

indivíduos, todos tenham o direito de conseguir desenvolver sua autonomia e potencial de aprendizagem junto aos demais alunos, sendo reconhecido como iguais. Para o Paradigma da inclusão não são os deficientes que têm que se adaptar aos normais, mas os normais que têm que aprender a conviver com os deficientes.

Como bem pontua Mazzotta (2005) a Educação Inclusiva requer um repensar da escola e das práticas de ensino, para que assim seja possível transpassar o paradigma da integração para o da inclusão. Nesse entendimento, o educador necessita buscar seu aprimoramento profissional, dado o fato que o atendimento das necessidades especiais requer uma práxis educativa interdisciplinar.

A aprendizagem para verter êxito precisa ser significativa, o momento atual vivenciado na Educação é de transformação, de aprimoração do fazer pedagógico. “A escola deve mudar o seu fazer pedagógico. Precisa refletir e repensar suas práticas pedagógicas, no sentido de ressignificar seu papel no contexto do desenvolvimento e da aprendizagem humana.” (GLAT, 2007, p.38).

A argumentação acima nos leva a entender que o educador precisa desenvolver a competência de inovar suas aulas, de mudar o que não está dando certo, pois nosso compromisso é com o bom desempenho de todos os alunos. Aguçar vários sentidos utilizando várias ferramentas pedagógicas, até os alunos considerados “normais” precisam ser estimulados para aprender, semelhantemente, os com alunos com deficiência se sentem mais motivados para participar do processo de aprender a aprender quando estão envolvidos em situações diversificadas de ensino. Situações que estimulam o seu interesse, como por exemplo, jogos e brincadeiras planejados com objetivos de ensino a serem alcançados.

Considera-se ser importante ressaltar que o Paradigma da Inclusão além de proporcionar o acesso de todos os alunos com necessidades educativas especiais as classes regulares de ensino, também têm trazido substancial mudança na práxis educativa, principalmente no que diz respeito à busca de informações mais precisas sobre a deficiência. Ao apossar-se desses conhecimentos, o educador para além da aquisição de habilidades e competências também adquire valores humanísticos que não existem na Pedagogia Tradicional tais como: ética e respeito pelos saberes dos educandos. Cooperação mútua entre aluno-professor, sentimento de respeito e

valorização pelo educando, independente de suas limitações, dentre outras coisas (SASSAKI, 2005).

Quanto ao papel do educador Urbaneck e Ross (2011, p.29) alertam que:

Bons professores são os profissionais que sabem quais são seus objetivos de ensino; conhecem os conteúdos e as estratégias para chegar a esses objetivos; comunicam aos alunos o que é esperado deles e explicitam as razões que os levam a esperar que eles atinjam estes objetivos. Estes mesmos professores são capazes de utilizar o material existente com profissionalismo; dedicam seu tempo a práticas que enriquecem e clarificam os conteúdos; conhecem bem seus alunos; são capazes de adaptar o ensino às necessidades deles; são hábeis em antecipar suas dificuldades e em localizar os pontos fracos na sua aprendizagem, para ajudá-los a superar esses desafios.

Ou seja, é preciso desenvolver a capacidade de elaborar diferentes estratégias de intervenções pedagógicas, que assegurem uma melhor qualidade do ensino, levando-se em consideração as necessidades individuais de cada aluno/a em sala de aula, buscando assim, construir uma práxis pedagógica adequada à inclusão escolar.

Essa mudança de concepção de educação precisa ser abraçada pela comunidade educativa como o maior compromisso social da escola. Todos os educadores devem se esforçar para construir uma práxis educativa que seja igual para todos os alunos. Nossas salas de aula devem respeitar a heterogeneidade dos sujeitos. Isso impõe que o Paradigma Tradicional que considerava todos os alunos como iguais em termos de acesso a aprendizagem seja desconstruído, cada indivíduo diferencia-se dos demais e essa diferença precisa ser entendida como normal, como uma sociedade plural e não homogênea.

Como bem ressalta Haydt (2011, p.45):

O educador, na sua relação com o educando, estimula e ativa o interesse do aluno e orienta o seu esforço individual para aprender. Ao interagir com cada aluno em particular e ao se relacionar com a classe como um todo, o professor não apenas transmite conhecimentos, em forma de informações, conceitos e ideias (aspecto cognitivo), mas também facilita a veiculação de ideais, valores e princípios de vida (elementos da esfera afetiva), contribuindo para a formação da personalidade do educando.

É preciso trabalhar o aluno por inteiro, transferindo-lhe conhecimentos tanto científicos quanto humanísticos, o que mais motiva o aluno para o aprender a aprender é a relação que o educador estabelece com seus alunos. Uma relação de amizade e respeito recíproca é base para o sucesso da práxis pedagógica. Ademais, se perguntarmos a um aluno o que ele mais gosta na escola, este sempre faz referência à personalidade do professor. Portanto, quanto mais nos esforçamos para satisfazer as necessidades apresentadas pelos alunos, mais nos aproximamos de uma educação renovada e democrática (URBANECK; ROSS, 2011).

Noutro sentido, estamos fazendo referência a uma práxis educativa em que todos os sujeitos têm a oportunidade de alcançar níveis satisfatórios de construção do conhecimento escolar e da formação cidadã que precisam para exercerem seus direitos de participação na sociedade.

Endossando a argumentação acima, segundo nos aponta Luckesi (1994, p.115):

Na práxis pedagógica, o educador é aquele que, tendo adquirido o nível de cultura necessário para o desempenho de sua atividade, dá direção ao ensino e à aprendizagem. Ele assume o papel de mediador entre a cultura elaborada, acumulada e em processo de acumulação pela humanidade, e o educando. O professor fará a mediação entre o coletivo da sociedade (os resultados da cultura) e o individual do aluno. Ele exerce o papel de um dos mediadores sociais entre o universal da sociedade e o particular do educando.

Um bom educador se preocupa em conhecer todas as limitações de seus alunos e de posse desse conhecimento, busca criar estratégias de ensino que sejam de fato capazes de estimular o interesse e a participação pessoal do aluno na aprendizagem.

Como bem ressalta Abramowicz 1987 citado por Fernandes (2003, p.33):

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, [...] mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados.

Todavia, apesar das fragilidades dos cursos de formação de professores, da péssima infraestrutura das escolas e da falta de materiais pedagógicos adequados, milhares de educadores têm abraçado à causa da inclusão e buscado nas teorias pedagógicas, psicológicas e psiquiátricas, apoio específico para entender as necessidades que tais indivíduos apresentam (SASSAKI, 2005).

Voltando-se a atenção para o papel das faculdades na formação para a inclusão, nas palavras de Glat (2007, p.45):

O grande desafio posto para as universidades é formar educadores que não sejam apenas instrumentos de transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, de novas atitudes frente à diversidade humana. Além disso, devem ser preparados para construir estratégias de ensino e adaptar atividades e conteúdos não só para os alunos considerados especiais, mas para todos os integrantes de sua classe. Cabe às faculdades ou cursos de Educação, também, trabalhar com a formação continuada dos atuais professores, e incentivar o vínculo direto entre os professores da Educação Especial e do Ensino Regular.

Como percebe-se o papel das faculdades é bem amplo no que diz respeito a educação inclusiva, mas esse papel não tem sido cumprido a risca, embora haja orientação do MEC, anualmente forma-se milhares de professores com pouca ou quase nenhuma competência nessa área, esse déficit é o que tem corroborado com a fragilização do paradigma da inclusão, o qual na maioria das vezes, ou porque não dizer, sempre, depende da ação direta do educador, que mesmo ganhando baixos salários e trabalhando em situação de precariedade, não desanima, parafraseando o saudoso Gonzaguinha a cada decepção sofrida, o professor “Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima”. Nunca desanimamos, mesmo enfrentando situações difíceis, pouco reconhecimento social, devemos sempre procurar oferecer o melhor de nós para o nosso alunado. De certa forma, devemos procurar criar na escola a cultura de aceitação da diversidade humana.

Não é fácil lidar com a diversidade, na verdade é um dos maiores desafios que o educador se depara na modernidade, desafio que exige de nós a compreensão de que a inclusão busca garantir a todos o pleno exercício da cidadania, o aluno com síndrome de Down embora tenha algumas limitações, este também aprende como o aluno considerado normal, por isso, o educador não deve

temer atender esse aluno, pelo contrário, deve aceitá-lo com a certeza de que na convivência diária com este sujeito, aprenderá bem mais do que o absorvido com as teorias sobre a deficiência (MANTOAN, 2005).

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA DE PESQUISA

Na busca de obter-se melhor compreensão acerca da inclusão escolar dos alunos com deficiência, aqui apresentamos ao leitor os procedimentos metodológicos científicos que foram adotados na realização da pesquisa.

Na concepção de Ruiz (2002, p. 47):

Pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e regida de acordo com as normas da metodologia consagrada pela ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa.

Não entendimento de Santos (1999 apud CERVO e BERVIAN, 2002, p. 23) afirma “Os estudantes trabalham cientificamente quando [...] adquirem a capacidade não só de conhecer as conclusões que lhe foram transmitidas, mas se habilitam a reconstituir, a refazer as diversas etapas do caminho percorrido pelos cientistas”. Por isso, a atitude científica é fundamental para os que se dedicam ao trabalho educativo, uma área constantemente atravessada por diversas indagações e questionamentos que vão das atitudes comportamentais do alunado até as percepções e concepções que a sociedade tem sobre esse espaço de formação social e, principalmente, sobre os profissionais que nela atuam.

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como sendo uma pesquisa qualitativa que foi desenvolvida por meio de dois procedimentos distintos, porém interligados cientificamente. No primeiro momento realizou-se uma revisão de literatura alcançada por meio da pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica para Cervo e Bervian (2002, p.61):

[...] é o meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. Os alunos de todos os níveis acadêmicos devem, portanto, ser iniciados nos métodos e nas técnicas da pesquisa bibliográficas.

Não contraditório ao pensamento acima, Lakatos e Marconi (2003, p.158) alegam que a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema abordado.

Já a pesquisa documental na concepção de Gil (2010, p.66):

Assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

No segundo momento, para melhor embasamento das impressões captadas durante a revisão da literatura, bem como para associar teoria e prática realizou-se uma pesquisa qualitativa, coletando dados através da aplicação de um questionário composto por perguntas subjetivas e objetivas.

A pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencialmente descritiva. E como as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga, e como aquelas são produtos de uma visão subjetiva, rejeita toda expressão quantitativa, numérica, toda medida. [...] a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente. Assim, os resultados são expressos, por exemplo, em retratos (ou descrições), em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, com fotografias etc., acompanhados de documentos pessoais, fragmentos de entrevistas etc. (TRIVINÓS, 2000, p.122).

“Ainda, pode responder às questões particulares, considerando como sujeitos do estudo pessoas pertencentes a um determinado grupo, com suas crenças,

concepções, valores, significados e práticas individuais.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.39).

Nessa perspectiva, a partir do contato direto com o local em que ocorre o fenômeno social sobre o qual deseja-se ampliar o conhecimento, os dados coletados são muito importantes porque revelam as percepções dos sujeitos entrevistados acerca do fenômeno, mostrando os fatores que o produzem e suas consequências na sociedade.

3.2 LOCAL DO ESTUDO DE CAMPO

O estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Reginaldo Claudino dos Santos, localizada no Assentamento Dona Antônia, zona rural do Município de Jacumã, Estado da Paraíba/PB. A escola atende alunos da modalidade da Educação Infantil e Ensino Fundamental de Nove anos, funcionando em horário integral das 7:00 as 17:00 horas.

Na modalidade Educação Infantil atende ao total de 35 crianças e na modalidade Anos Iniciais do Ensino Fundamental atende ao total de 148 alunos nas séries do 1º ao 5º ano.

Seu quadro funcional é composto por uma equipe administrativa 1 (uma) diretora geral, corpo docente composto por 6 (seis) professores, pessoal de apoio e de serviço de limpeza e higienização. A Gestão da instituição de ensino é Democrática e Participativa, todos cooperam em espírito de integridade e comunhão, há esforços conjuntos para elevar a qualidade da práxis pedagógica desenvolvida junto aos educandos.

Na parte administrativa encontra-se a sala da direção, a secretaria, a sala da coordenação pedagógica que tem a frente uma Pedagoga e Especialista em Educação, tem uma sala de professores e a cada 15 dias acontecem às reuniões pedagógicas e formação continuada em serviço. Suas salas de aula são amplas, bem ventiladas e bem higienizadas.

No geral, a escola é uma instituição educativa de médio porte, atende alunos oriundos da comunidade em que está localizada e de bairro adjacentes. O ensino desenvolvido na instituição tem como objetivo levar o aluno a adquirir competências necessárias que os ajudarão a tornar-se futuramente um cidadão competente e com

melhor expectativa de vida e participação na sociedade. A escola atua ainda como um espaço de produção e socialização de saberes, que auxilia na formação da competência acadêmica, humana e na transformação da prática educativa desenvolvida por seu corpo docente.

No geral, a escola mostra-se como um espaço acolhedor, todo o trabalho desenvolvido preza pela qualidade no ensino visando atender bem seus alunos, há respeito pelos professores e demais profissionais.

3.3 PÚBLICO ALVO DA PESQUISA

Os sujeitos participantes do estudo foram 05 (cinco) professores que lecionam na Escola Campo de Pesquisa.

3.4 PROCESSO DE COLETA DE DADOS

No primeiro momento, a coleta de dados foi obtida por meio da análise de obras de autores que fazem alusão ao tema tais como Aranha (2004), Cruz (2009), Fernandes (2003), Glat (2007), Mantoan (2005), Mazzotta (2005), Melo, Santos e Reis (2012), Rosa *et al.*, (2003), Rosa (2009), Sasaki (2005), dentre outros, bem como pela revisão de artigos, monografias, dissertações e teses encontradas em bibliotecas de acesso livre como a do SCIELO (Scientific Electronic Library Online), seguido da busca de informações no banco de dados do Ministério da Educação acerca das políticas de inclusão do aluno com necessidade educativa especial nos sistemas de ensino.

No que diz respeito ao estudo de campo, os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário aberto, composto por 08 (oito), as quais tiveram como pretensão principal desvelar até que ponto os sujeitos da pesquisa se sentem preparados teoricamente e praticamente para lidar com o aluno que apresenta deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento.

Face à importância que o tema da inclusão representa na contemporaneidade, espera-se que os resultados alcançados a partir do desenvolvimento deste estudo além de fornecer novos conhecimentos à

pesquisadora, possam também contribuir com o universo acadêmico trazendo novas informações sobre o Paradigma da Educação Inclusiva.

3.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Nesta parte, trazemos ao conhecimento do leitor os resultados que foram obtidos com a realização do estudo de campo.

De antemão, esclarecemos que mesma foi desenvolvida assentada nos pressupostos da ética, por isso, os participantes não terão sua identidade revelada, cada um será identificado como sujeito A, B, C, D e E, seguido das respostas apresentadas por cada sujeito participante do estudo. Essa orientação tem como objetivo obedecer às normas que regem os preceitos éticos de um trabalho científico, as quais determinam que jamais deve-se expor dados pessoais de participantes de estudos.

Para tanto, antes da entrega dos questionários cada sujeito recebeu informações sobre os objetivos da pesquisa e contribuição que trará a pesquisadora e ao campo acadêmico.

Para que não houvesse em momento alguma influência da pesquisadora, os questionários foram entregues e estabelecemos um prazo de dois dias para seu recolhimento. Essa metodologia teve como objetivo dar aos sujeitos participantes a oportunidade de refletir sobre as respostas e evitar qualquer desconforto que a presença da pesquisadora pudesse causar. No prazo estabelecido retornei à escola para recolher os questionários.

Agradei a Gestora da Escolha o acolhimento recebido, uma vez que a mesma cordialmente abriu as portas de sua instituição para a realização da pesquisa de campo, o que foi muito importante e ainda a pesquisadora foi acolhida e teve o total apoio dos profissionais na realização deste estudo, agradei sua relevante contribuição nesse processo de finalização do Curso de Graduação.

Nesta parte, apresentamos as perguntas contidas no questionário e as respostas apresentadas pelas educadoras.

A primeira pergunta buscou identificar o nível de formação acadêmica dos sujeitos participantes do estudo.

Questão 01 – Identificação do Sexo.

Participantes	Respostas apresentadas
Sujeito A.	Feminino.
Sujeito B.	Feminino.
Sujeito C.	Feminino.
Sujeito D.	Masculino.
Sujeito E.	Feminino.

Fonte: Dados da Pesquisa 2019.

Conforme mostra o quadro acima, quatro participantes são do sexo feminino e um do masculino. Durante minha permanência na instituição percebi que a maior parte dos educadores desta instituição era composta por sujeitos do sexo feminino e uma pequena parcela do sexo masculino.

As perguntas dois e três buscaram identificar a fase de idade em que os sujeitos participantes do estudo se encontram e o tempo de exercício na docência.

Questão 02 e 03 – Identificação da idade dos participantes do estudo e tempo de docência.

Participantes	Respostas apresentadas	Tempo de Docência
Sujeito A.	35 a 40 anos.	De 01 a 15 anos.
Sujeito B.	35 a 40 anos.	Há mais de 15 anos.
Sujeito C.	35 a 40 anos.	De 03 a 09 anos.
Sujeito D.	25 a 30 anos.	De 03 a 09 anos.
Sujeito E.	35 a 40 anos.	Há mais de 15 anos

Fonte: Dados da Pesquisa 2019.

Segundo aduz-se das respostas apresentadas, quatro docentes encontram-se na faixa dos 35 aos 40 anos de idade e apenas o sujeito E está entre 25 aos 30 anos. Os Sujeitos B e E são os que apresentam maior tempo de exercício da docência, enquanto o Sujeito C e D exercem a docência de 03 e 09 anos e o Sujeito A exerce a docência há quase 15 anos. Estes dados foram muito significativos para a pesquisadora, pois como bem destaca Mantoan e Pietro (2011, p.73):

Quanto maior for o tempo de experiência dos educadores na prática docente, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento do sujeito deficiente, pois a prática cotidiana aperfeiçoa as qualidades técnica e pedagógica dos docentes, fator indispensável para habilitá-los na aceitação da diversidade humana nas salas regulares de ensino.

Assim, nossa tarefa como educadores precisa ser revista cotidianamente, como bem já frizou-se em outras partes dessa discussão, ser professor é assumir um compromisso com o aluno. É buscar meios de coordenar e facilitar o processo de reconstrução do conhecimento por parte do aluno é, principalmente, oferecer situações desafiadoras que estimulem e ativem os esquemas operatórios do pensamento em nossos educandos quer seja este sem ou com deficiência.

Todo educador hoje precisa ser consciente de que o aluno com deficiência não pode mais ser ensinado em classes seletivas, à lei maior da educação (LDB nº 9.394/96) determina sua inclusão aconteça nas salas regulares de ensino e que estes alunos têm o direito de contar com o suporte que precisam para superar seus déficits de aprendizagem (MANTOAN; PIETRO, 2011).

Dando prosseguimento, buscou-se identificar se na fase da Licenciatura os sujeitos do estudo receberam orientação teórica para atuar com o aluno especial na sala regular de ensino.

Questão 04 - *Na sua concepção, durante sua Licenciatura você foi devidamente capacitado para lidar com a inclusão do aluno com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento em sala de aula? Sim, Não. Justifique sua resposta.*

Participantes	Respostas apresentadas
Sujeito A.	Não. O campo de Inclusão do aluno com deficiência é muito extenso e as faculdades deixam muito a desejar, pois inclui apenas uma ou duas disciplinas para adquirirmos todos os conhecimentos necessários nessa área.
Sujeito B.	Não. Precisamos nos capacitar para trabalhar com esses alunos, porque a licenciatura não nos capacita para lidar com os mesmos.
Sujeito C.	Sim
Sujeito D.	Não. A inclusão é algo muito importante, porém, percebo que é necessário adquirir maiores conhecimentos teóricos e práticos que não foram trabalhados na graduação.
Sujeito E.	Sim.

Fonte: Dados da Pesquisa 2019.

Conforme as respostas apresentadas, apenas os Sujeitos C e E receberam orientações na Licenciatura acerca da inclusão escolar enquanto os Sujeitos A, B e D afirmam não terem tido nenhuma orientação acerca da inclusão escolar durante a fase de Licenciatura.

Com base nos dados encontrados, podemos dizer que o papel das Instituições Superiores de Ensino precisa ser repensado e assumido como

compromisso pelas Políticas das Universidades Públicas e das Privadas, pois como espaço de formação dos futuros educadores, tais instituições têm responsabilidade direta com a aceitação da diversidade humana (RUINTENBERG, 2012).

Sabemos que os cursos de formação de professores ainda não contemplam integralmente as práticas pedagógicas inclusivas e que há uma distância muito grande entre os textos legais e a realidade da sala de aula e da escola em si. Os professores, muitas vezes, estranham as discrepâncias de desempenho dos alunos que não apresentam um desenvolvimento harmônico e linear, mas devem procurar aprofundar seus estudos para descobrir a beleza do potencial humano. (ROSA *et al*, 2003, p.54)

As Instituições de Ensino Superior precisam formar os docentes integralmente, habilitando-os para lidar com o aluno que não tem deficiência e com o que apresenta deficiência. Isto está previsto como obrigatoriedade nas políticas públicas, portanto, deve ser efetivado na concretude, pois quando assumimos uma classe de ensino, assumimos um compromisso com a aprendizagem dos indivíduos e, a sociedade deposita no educador a confiança de que tal profissional será dotado da habilidade de elevar o progresso da conquista de novos graus de inteligência em todos os indivíduos (POKER; MATIAS; GIROTO, 2016).

Nas contribuições de Souza e Rodrigues (2007, p.44) encontra-se que:

Mais que conhecimentos gerais, o professor necessita ter conhecimentos básicos para identificar as necessidades educacionais do aluno, para adaptar estratégias e recursos de ensino que facilitem o seu aprendizado, assim como formas alternativas de avaliação de aprendizagem que permitam identificar o seu verdadeiro nível de desempenho. Com isso, o professor pode favorecer o processo ensino-aprendizagem de todos os alunos.

Ou seja, não basta apenas que os professores saiam da graduação sabendo o que ensinar, eles também precisam saber quem é o sujeito que irá educar, quais são as suas peculiaridades educativas, quais são as suas limitações e principalmente, como poderá contribuir com a superação das mesmas.

Em seguida buscou-se identificar se os sujeitos da pesquisa já lidavam com alunos deficientes em sala de aula.

Questão 05 - *Na sua sala de aula há alunos com algum tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento?*

Participantes	Respostas apresentadas
Sujeito A.	Sim.

Sujeito B.	Sim.
Sujeito C.	Sim.
Sujeito D.	Sim.
Sujeito E.	Sim.

Fonte: Dados da Pesquisa 2019.

De acordo com as respostas apresentadas, todos os sujeitos participantes do estudo têm em sala de aula algum aluno com deficiência. Isso mostra que a inclusão está avançando, que a garantia do direito de acesso à educação está sendo de fato efetivado no município de Jacumã.

A própria Autarquia em assuntos educacionais, mas precisamente o Ministério da Educação preconiza que:

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada. (BRASIL, 2003, p.23).

Grosso modo, não é mais o indivíduo deficiente que tem que se integrar a sociedade, é a sociedade que precisa se integrar a sua presença em todos os espaços sociais, que precisa entender que em Estados Democrático de Direitos não pode mais existir segregação de nenhum tipo, pois como sujeitos de direitos, todos os indivíduos devem ser respeitados e receber uma formação que lhes possibilite exercer sua cidadania sem serem vítimas de qualquer tipo de crueldade humana, tais como: exclusão, preconceito, violência, risco ou desproteção social da parte do Estado, abandono familiar, situações que contrariam o disposto na Carta Magna (1988) e reafirmado nas políticas sociais e públicas contemporâneas (ROSA *et al*, 2003).

Prosseguindo, procuramos identificar quais são as maiores dificuldades que esses educadores enfrentam para incluir o aluno deficiente em sua sala de aula questionando:

Questão 06 – *Marque abaixo quais são as maiores dificuldades que você acredita ter para lidar efetivamente com a inclusão escolar.*

Participantes	Respostas apresentadas
---------------	------------------------

Sujeito A.	Falta de conhecimentos específicos sobre as necessidades especiais.
Sujeito B.	Falta de recursos materiais.
Sujeito C.	Falta de recursos materiais.
Sujeito D.	Falta de recursos materiais.
Sujeito E.	Falta de recursos materiais.

Fonte: Dados da Pesquisa 2019.

Conforme podemos ver no quadro acima, enquanto o Sujeito A alega que suas maiores dificuldades dizem respeito à falta de conhecimentos específicos sobre as necessidades especiais, os Sujeitos B, C, D e E afirmam que suas maiores dificuldades estão relacionadas à falta de recursos materiais adequados para satisfazer as necessidades de aprendizagem dos sujeitos com deficiência.

Grosso modo, concordamos com as respostas encontradas uma vez que como bem destaca Mantoan e Pietro (2011):

Ensinar na perspectiva da inclusiva significa que os sistemas de ensino público e privado têm o dever de capacitar seus educadores e fornecer-lhes recursos de ensino que produzem respostas as necessidades de aprendizagem do sujeito especial, pois a educação inclusiva e até mesmo a especial não se adequa à teoria tradicional de aprendizagem e requer do profissional um preparo específico para que a sua atuação possa de fato fazer um diferencial na educação existente. (MANTOAN; PIETRO, 2011, 52).

Por maiores e melhores que sejam as intenções dos educadores na aceitação da diversidade humana na sala de aula, estes profissionais devem estar inseridos em programa de aperfeiçoamento profissional e as escolas, por sua vez, precisam ter a sua disposição os recursos e materiais que facilitam seu processo de construção do conhecimento, este é um dever do Estado preconizado nas legislações e políticas públicas de educação inclusiva (BRASIL, 2003). Ou seja, tanto o Estado quanto às escolas públicas têm as atribuições que precisam ser materializadas concretamente nas instituições de ensino.

Na contemporaneidade, a escola não é mais privilégio apenas de alguns, ela é direito de todos. O Estado além da obrigatoriedade de criar escolas tem também à obrigatoriedade de prover assistência educativa integral para todos os indivíduos, tanto os que não apresentam deficiência quanto os que apresentam. As legislações atuais deixam claro essa competência privativa do Poder Público e também

estabelece que todos os profissionais da Educação Básica são os principais atores responsáveis pelo sucesso do educando (BRASIL, 2012).

Nas contribuições de Mantoan (2005) encontra-se que incluir não é meramente colocar o aluno deficiente na escola, é uma ação mais complexa, pois exige mudança no pensamento de quem ensina, dos profissionais da escola e da comunidade educativa, a qual precisa aceitar e legitimar a diversidade humana na escola e nas demais interações sociais que ocorrem nesta comunidade, uma vez que sem tais pré-requisitos, não concretiza a tão desejada e necessária, sociedade democrática e de direitos.

A Educação Básica para verter os resultados desejados necessita ser pensada de forma mais ampla ao ponto que seja capaz de promover a integração do deficiente em toda a Educação Básica, e os professores devem ter uma formação diferenciada para ensinar os demais alunos na Educação Básica (BRASIL, 2012, p. 25-26).

Dando prosseguimento, a pesquisa seguinte teve como objetivo identificar o que cada sujeito pensa da inclusão escolar e social da pessoa com deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento.

Questão 07 – *Fale o que você pensa da inclusão escolar e social da pessoa com deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento.*

Participantes	Respostas apresentadas
Sujeito A.	Pra mim, a inclusão escolar é acolhermos todos os indivíduos sem exceção, isso consiste na ideia de todos os seres terem seus direitos garantidos e incluídos independente de cor, raça ou classe social.
Sujeito B.	A inclusão escolar e social veio para derrubar varias barreiras que o deficiente enfrenta no seu dia a dia. Acredito que seja uma conquista louvável tanto para os pais, como para o próprio deficiente.
Sujeito C.	A educação inclusiva é dar a todos os indivíduos a oportunidade de exercerem seu direito de acesso à educação e deve se criar a cultura de aceitação das diferenças na escola.
Sujeito D.	Incluir é uma tarefa difícil, todavia acredito que todo indivíduo merece estar incluído e sentir-se parte do contexto onde seja inserido, de forma respeitosa, amorosa. Inclusão é direito de todos.
Sujeito E.	Com certeza, a inclusão do indivíduo que apresenta deficiência é importante para a socialização, para que o individuo possa viver e aprender em sociedade, proporcionando seu desenvolvimento cognitivo.

Fonte: Dados da Pesquisa 2019.

Conforme as respostas apresentadas, os sujeitos do estudo já compreenderam que a educação inclusiva é uma ferramenta de transformação social que busca dar a todos a oportunidade de beneficiar-se do direito de aprender e nessa perspectiva, como bem destacam Mantoan e Pietro (2011):

A proposta principal da Educação Inclusiva é promover reparação das injustiças sociais e a construção de uma escola genuinamente democrática, seus fundamentos, filosofia e pressupostos nos mostram que não somos apenas meros educadores, somos formadores das futuras gerações, nossos alunos precisam desde a mais tenra idade aprender a respeitar e aceitar a deficiência, esse também é um papel dos docentes, pois sua responsabilidade é para com o aluno e para com a formação de uma sociedade igual e humanizada. (MANTOAN; PIETRO, 2011, p.49).

Como bem afirma Glat (2007, p.135), “Todos os professores precisam ser preparados para lidarem com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todos os alunos e não com um modelo de pensamento comum a todos eles.”. Aceitar a diversidade é promover a cultura de desconstrução, da seletividade que tem marcado a escola brasileira, mas que não pode mais continuar existindo, pois a marca principal do Brasil é ser um país multicultural e nessa perspectiva, as Instituições de ensino precisam ser espaços de formação integral dos sujeitos com deficiência (SASSAKI, 2005).

Finalizando a pesquisa, procuramos identificar se os sujeitos participantes do estudo acreditam no Paradigma da Educação Inclusiva.

Questão 08 – *Você acredita no processo de inclusão dos alunos com deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento no Ensino Regular?*

Participantes	Respostas apresentadas
Sujeito A.	Sim, pois é por meio da interação que os indivíduos alcançam um excelente nível de desenvolvimento da aprendizagem.
Sujeito B.	Sim, pois é por meio da interação que os indivíduos alcançam um excelente nível de desenvolvimento da aprendizagem.
Sujeito C.	Sim, pois a legislação garante seu direito de acesso à educação.
Sujeito D.	Sim, pois a legislação garante seu direito de acesso à educação. Sim, pois não vejo nenhum problema em incluir esse tipo de aluno/a. Sim, pois é por meio da interação que os indivíduos alcançam um

	excelente nível de desenvolvimento da aprendizagem.
Sujeito E.	Sim, pois é por meio da interação que os indivíduos alcançam um excelente nível de desenvolvimento da aprendizagem.

Fonte: Dados da Pesquisa 2019.

Como mostra o quadro acima, mesmo diante dos vários desafios enfrentados em sala de aula para lidar com a aceitação da diversidade humana, todos acreditam e defendem que a inclusão do aluno com necessidade educacional especial na rede regular de ensino.

Assumir a aceitação da diversidade na sala de aula é um compromisso político-profissional com o respeito e a valorização do outro, é quebrar paradigmas cristalizados que tem provocado a disseminação da exclusão pela diferença, quando nenhum ser humano é isento de apresentar em sua vida a deficiência, já que esta pode ser de ordem biológica, mas pode ser também adquirida em algum momento, assim aquele que discrimina, que exclui, corre o risco de ao adquirir uma deficiência também ser vítima do preconceito e exclusão. (FERNANDES, 2003, p.89).

O que a escola inclusiva propõe é que todos os alunos possam conviver com o surdo, com o paraplégico, com o aluno autista, com o aluno Down, com o deficiente visual, entre outras deficiências, aceitando-o e reconhecendo que este é igual aos demais e que a sua deficiência seja compreendida pelos demais escolares como algo normal, assim, torna-se possível à construção de uma cultura escolar renovada e assentada com as exigências da sociedade moderna (GLAT, 2007).

Nessa mesma via de reflexão, Gil (2005, p.21) afirma:

À medida que o deficiente puder contar com professores realmente comprometidos com seu sucesso escolar, estes sujeitos tendem a otimizar todo o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e emocional ultrapassando seus limites sem serem submetidos a práticas estanques de significados e inadequadas, pois os saberes docentes, agora, deverão ser compostos por elementos que levem à flexibilidade dos currículos e considere a diversidade humana na escola. Esta por sua vez, deverá superar a seleção e ser de fato democrática.

Desde o início de nossa discussão na há dúvidas que a escola enquanto lugar de convivência social entre pessoas de diferentes constituições biológicas, étnicas, religiosas, de gênero, de classe, entre outras coisas, tem potencialidade para se

constituir como um espaço democrático e cidadão, basta que os que nela atuam assumam um compromisso que respalda e garante a legitimação da aceitação de toda diversidade humana, dessa forma, todos terão a oportunidade de adquirir o conhecimento e serem cidadãos plenos, respeitando e sendo respeitados, aceitando e sendo aceitos.

Num entendimento mais simplificado, a escola inclusiva destaca-se por ser uma ação educativa que dá a todos o direito de acesso à escola em situação de equidade e de respeito às características individuais que cada sujeito apresenta, sem exclusão ou preconceito para com as suas limitações, zelando pela construção da sua cidadania e pelo aperfeiçoamento do seu protagonismo social, uma vez que nesta, todos são iguais, não há distinções de classe, as pessoas tendem a valorizar o indivíduo como um ser social e importante no contexto mais amplo à sociedade (BRASIL, 2012).

Todos os que atuam no campo da educação pública ou privada precisam se esforçar para dar ao aluno deficiente a oportunidade de usufruir do seu direito de acesso à educação de forma igualitária, pois mesmo que o sujeito deficiente sofra perdas em seu processo cognitivo que interferem diretamente na qualidade da sua aprendizagem, a discussão mostra que esses sujeitos têm um grande potencial de desenvolvimento humano que pode ser aprimorado na escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na discussão e análises aqui realizadas, conclui-se que a inclusão do aluno com deficiência na educação básica não é uma tarefa simples, dado o fato que estes sujeitos apresentam muitas limitações, mas independente disso, hoje sua aceitação nas salas regulares de ensino está garantida como direito em nossa Constituição Federal, na LDBEN, bem como nas demais políticas educacionais, assim, as escolas e principalmente os educadores é que precisam se adequar a sua presença e prover todo o apoio que necessitam para aprender em condição de igualdade.

Para isso, a sociedade como um todo, necessita exigir dos governantes uma melhor organização dos sistemas de ensino, do processo ensino-aprendizagem, objetivando garantir a acessibilidade e permanência e sucesso escolar do aluno com deficiência. Foi possível compreender que para atender os Pressupostos da Educação Inclusiva, tanto o(a) professor(a) como os demais agentes educacionais, precisam estar habilitados para atender as necessidades que os sujeitos com deficiência apresentam.

Durante a revisão da literatura foi possível identificar que a pessoa com necessidades especial, no curso da história da humanidade passou por grandes obstáculos, foi sempre menosprezada tendo sobre si estigmas que as fizeram ficar à margem da sociedade, o que levou muitas crianças a serem assassinadas, menosprezadas e desprotegidas até mesmo pelos seus familiares.

Os fatos marcantes de sua história nos levam a compreender o quanto é importante defender sua causa, o que pode ser feito por meio de cobranças aos órgãos governamentais, exigindo destes melhores políticas em todas as áreas para que assim essa tão significativa parcela de nossa população possa usufruir dos direitos que por séculos lhes foram negados.

Seria incorreto desconsiderarmos que a inclusão representa um grande desafio, contudo, é também uma oportunidade de ampliação de nossas competências e habilidades profissionais, pois à medida que ensinamos, também aprendemos e a convivência com a diversidade provoca ainda o desenvolvimento de atitudes humanísticas tanto da parte do alunado quanto de professores.

O estudo de campo mostrou que os educadores enfrentam dificuldades no dia a dia da sala de aula, contudo já entenderam que todo indivíduo com deficiência deve estar incluído na sala regular de ensino, ser bem atendido, bem como reconhecem que precisam melhorar sua formação acadêmica para se tornarem capazes de prover o apoio integral que o aluno com deficiência necessita para alcançar um nível satisfatório de desenvolvimento da aprendizagem.

Tratando-se especificamente do/a educador/a, como mediador do processo ensino-aprendizagem, este profissional é o principal agente que deve propor mudanças no espaço educativo ao desenvolver um trabalho pedagógico que seja realmente efetivo na aceitação da diferença em salas de aula.

No cenário educativo da atualidade quebrar o paradigma da exclusão é o cerne do processo educacional e os professores devem se configurar como sendo os principais promotores de tal ação. Mas cabe ainda ressaltar, que se não houver por parte de nossos governantes um real compromisso com a Educação Inclusiva, neste caso, melhores investimentos em recursos financeiros e humanos, a inclusão tende a regredir, perde sua capacidade de tornar-se um coletivo, interdisciplinar, entre os profissionais da educação e em parceria direta com a família.

Entendeu-se ainda que o movimento da educação inclusiva fez aflorar a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, dando visibilidade para sua situação de exclusão no processo educacional. Assim sendo, os avanços aqui apresentados mostram que os sistemas educacionais estão em processo de transformação e refletem uma nova visão do direito à educação que começa a transpor a concepção tradicional de ensino, alterando as concepções sobre a educação das pessoas com deficiência, exigindo uma mudança da formação de professores e um planejamento para organização dos recursos necessários para efetivar a educação inclusiva.

Grosso modo, quando o professor demonstra comprometimento com a inclusão dos sujeitos especiais, este profissional, procura assimilar ideias e realizar ações pedagógicas interdisciplinares que produzam resultados mais satisfatórios. Atuando assim, o/a professor/a exerce sua função de facilitador da aprendizagem e assume seu papel na inclusão ao acolher o sujeito especial.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação Inclusiva: a escola. V.3.** Brasília: MEC/SEESP, 2004.

Disponível em <www.portalmec.gov.br>. Acesso em 20 jun. 2019.

ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. Experiências Educacionais Inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. In: ROTH, Berenice Weissheime (Org.). **Experiências educacionais inclusivas.** MEC/SEESP, 2006.

Disponível em: <www.portalmec.gov.br>. Acesso 23 em ago. 2019.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 6ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

_____. **Constituição Federativa do Brasil.** 12ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

Disponível em: <www.camaradosdeputados.gov.br>. Acesso em 18 abr. 2019.

_____. **Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001:** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: Ministério Público Federal, 2001.

Disponível em: <www.pfdc.pgr.mp.br>. Acesso em 08 abr. 2019.

_____. **Plano Nacional de Educação: 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

Disponível em: <www.camaradosdeputados.gov.br>. Acesso em 14 jul. 2019.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília: Ministério da Educação, 2007.

Disponível em: <www.portalmec.com.br>. Acesso em 19 ago. 2019.

_____. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, 2003.

Disponível em: <www.portalmec.com.br>. Acesso em 14 ago. 2019.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 - Institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: MEC/ SEESP, 2001.

Disponível em: <www.portalmec.com.br>. Acesso em 10 ago. 2019.

_____. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, 2003.

Disponível em: <www.portalmec.com.br>. Acesso em 30 set. 2019.

_____. **Práticas da Inclusão:** estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <www.ministeriodasaude.gov.br>. Acesso em 29 set. 2019.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil:** saberes e práticas da inclusão - introdução. 4ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia do trabalho científico.** 5ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O Direito à Diferença** – As ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência. Belo Horizonte: Arraes, 2009.

FERNANDES, Suely. **Fundamentos para Educação Especial.** Curitiba: Ibpex, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 10ed. São Paulo: Atlas. 2010

GIL, Marta. **Educação inclusiva:** o que o professor tem a ver com isso? São Paulo: Ashoka Brasil, 2005. Disponível em: <www.imprensaoficial.com.br>. Acesso 22 ago. 2019.

GLAT, Rosana (Org.). **Educação Inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral.** 1ed. São Paulo: Ática, 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Política de educação inclusiva e as diferenças na escola. In: Pereira, Maria Zuleide Costa (Org). **Diferenças nas políticas de currículo.** João pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ed. São Paulo: Atlas 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2ed. São Paulo: Moderna, 2005.

_____.; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, Maria José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MISÈS, Roger. **A criança deficiente mental: uma abordagem dinâmica**. 10ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MELO, Tatiane Lúcia de.; SANTOS, Cintia Coelho dos.; REIS, Lúcio Moura dos. O corpo (im)perfeito: reflexões sobre deficiência e estética. In: MYORGA, Cláudia.; PEREIRA, Maristela S.; RASERA, Emerson F. **Psicologia social: sobre desigualdades e enfrentamentos**. 1ed. Curitiba: Juruá, 2012.

POKER, Bortolini.; MARTINS, Sandra Eli Sortoreto de Oliveira.; GIROTO, Cláudia Regina (Org.). **Educação Inclusiva: em foco a formação de professores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

PAÍN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **O direito a diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: Ibpex, 2008.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição a ciência**. São Paulo: Queros, 1984.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentim Rolim.; MARANHE. Elisandra André. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente**. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008. Disponível em: <www2.fc.unesp.br>. Acesso em 18 set. 2019.

ROSA, Ângela Coronel da. **Educação inclusiva**. Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). -- Curitiba: Ibpex, 2009.

ROSA, Sueli Pereira da Silva.; *et al.* **Educação inclusiva**. 10ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2003.

RUITENBERG, Cláudia W. Cidadania e educação da igualdade. In: PEREIRA, Maria Zuleide Costa.; LIMA, Idelsuite de Sousa (Org.). **Currículo e políticas educacionais em debate**. Campinas/SP: Alínea, 2012.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 5ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987

SOUZA, Amaralinda Miranda de.; *et al.* **Inclusão**: Trabalhando com as diferenças na sala de aula. Brasília: MEC/SEB, 2012.

Disponível em: <www.portalmec.com.br>. Acesso em 10 ago. 2019.

_____. RODRIGUES, Fátima Lucília Vidal. **Educação inclusiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

TRIVIÑOS, Antônio Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 3ed. São Paulo: Atlas, 2000.

URBANET, Dinéia.; ROSS, Paulo. **Educação inclusiva**. 2ed. Curitiba: Fael, 2011. Disponível em: <www.scribid.com.br>. Acesso 23 out. 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS

Caro (a) colega professo (a)

Para realizar o trabalho de conclusão do curso de Graduação em Pedagogia, solicito sua ajuda no sentido de responder o presente questionário cujo objetivo é coletar informações acerca da inclusão de alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento nas salas regulares de ensino.

De antemão deixo claro que haverá total sigilo quanto à identificação dos sujeitos envolvidos na pesquisa e agradeço antecipadamente sua preciosa colaboração.

Jucilene dos Anjos Nascimento

1ª QUESTÃO – Identificação do sexo.

() Masculino. () Feminino

2ª QUESTÃO – Idade:

() 20 a 25 anos. () 25 a 30 anos.

() 35 a 40 anos. () 45 a 50 anos.

3ª QUESTÃO – Tempo de exercício na docência:

() Há menos de 01 ano. () De 01 à 02 anos.

() De 03 à 05 anos () 03 à 09 anos.

() De 10 à 15 anos. () Há mais de 15 anos.

4ª QUESTÃO – Na sua concepção durante sua Licenciatura você foi devidamente capacitado/a para lidar com a inclusão do aluno com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento em sala de aula?

() Sim. () Não.

Se **não**, justifique sua resposta nas linhas a seguir.

5ª QUESTÃO – Na sua sala de aula há alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou outro tipo de dificuldade de aprendizagem?

() Sim. () Não.

6ª QUESTÃO – Marque abaixo quais as dificuldades que você acredita ter para lidar efetivamente com a Inclusão Escolar?

- () Falta de conhecimentos específicos sobre as necessidades especiais.
- () Dificuldades de relacionamento com o sujeito especial.
- () Falta de recursos materiais.
- () Falta de apoio da Coordenação e da Gestão Escolar.
- () Outros. Quais?

7ª QUESTÃO – Fale o que você pensa da inclusão escolar e social da pessoa com deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento.

8ª QUESTÃO – Você acredita no processo de inclusão dos alunos deficiência ou algum tipo de transtorno global do desenvolvimento no Ensino Regular?

() **Sim**, pois a legislação garante seu direito de acesso à educação.

() **Sim**, pois não vejo nenhum problema em incluir esse tipo de aluno/a.

() **Sim**, pois é por meio da interação que os indivíduos alcançam um excelente nível de desenvolvimento da aprendizagem.

() **Não**, pois os professores não têm conhecimento acerca das deficiências.

() **Não**, pois embora a legislação garante a inclusão do aluno com deficiência, a escola e os professores não estão preparados para recebê-los.

() **Não**, pois não tenho formação específica para trabalhar com o aluno com deficiência ou transtornos global do desenvolvimento.

() **Não**, pois considero que estes/as alunos/as devem ser matriculados em Escolas Especiais ao invés da Escola Comum.